



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO  
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO**

**BÁRBARA DOS SANTOS SOUZA**

**A FEIRA PERMANENTE DA CEILÂNDIA COMO EXPERIÊNCIA PARA OUTRO  
TIPO DE TURISMO**

**BRASÍLIA  
2019**

**BÁRBARA DOS SANTOS SOUZA**

**A FEIRA PERMANENTE DA CEILÂNDIA COMO EXPERIÊNCIA PARA OUTRO  
TIPO DE TURISMO**

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ma. Livia Cristina Barros da Silva Wiesinieski

**BRASÍLIA  
2019**

Souza, Bárbara dos Santos.  
A Feira Permanente da Ceilândia como experiência para outro  
tipo de turismo/ Bárbara dos Santos Souza – Brasília, 2019.  
64f.: il

Monografia – Universidade de Brasília, Centro de Excelência  
em Turismo, 2019.

Orientadora: Ma. Lívia Cristina Barros da Silva Wiesinieski.

1. Ceilândia 2. Identidade 3. Memória 4. Turismo Cidadão

**BÁRBARA DOS SANTOS SOUZA**

**A FEIRA PERMANENTE DA CEILÂNDIA COMO EXPERIÊNCIA PARA OUTRO  
TIPO DE TURISMO**

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Livia Cristina Barros da Silva Wiesinieski - Orientadora  
Centro de Excelência em Turismo

---

Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena – Avaliador interno  
Centro de Excelência em Turismo

---

Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Carolina Menezes Palhares – Avaliadora interna  
Centro de Excelência em Turismo

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lana Magali - Suplente  
Centro de Excelência em Turismo

Brasilia, 29 de novembro de 2019.

## **AGRADECIMENTOS**

O processo de construção do presente trabalho deu-se em conjunto. Apesar de algumas partes serem inevitavelmente individuais, como leitura e escrita, tive ajuda de muitos seres iluminados durante esse processo e, por isso, agradeço.

Primeiramente, à minha amada mãe, Lorena Luiz de Souza, que nunca, nem sequer por um minuto, duvidou do meu potencial. Sempre do meu lado, nunca deixou de me dizer a verdade, mas sempre me acalentou quando era dura demais. Pelo amor infinito, pelo zelo, pelo companheirismo, pela sensibilidade, pelo respeito e cuidado eu agradeço e reverencio sua existência. Obrigada por tudo.

Agradeço a minha família, em especial às mulheres, pois, sem elas, eu nada seria. À minha vó materna, Nedina Maria, que muito me ensinou sobre como ser forte, independentemente de qualquer situação. À minha vó paterna, Iracy Pereira, que muito me ensinou sobre humildade, pertencimento, com a doçura no olhar. Também à Dalila Santos e Aline Guedes, mulheres que me inspiram todos os dias a seguir em um caminho coerente às minhas convicções.

Às minhas amigas que fiz durante a graduação, que percorreram e acompanharam de perto essa longa trajetória e tanto me deram suporte nos momentos mais difíceis, Evelyn Caroline, Clarissa Castro, Louise Bretas, Laura Dourado e Ana Carolina: obrigada por sempre estarem ao meu lado e pela amizade tão verdadeira. Sei que posso contar com vocês.

À Rayane Maria, Raissa Cristina e Marcus Dilema, amigos que são a minha base, e, sem eles não sei onde estaria; me conectam com minhas raízes e me fazem feliz em tantos momentos, juntos e não juntos, sempre ligados pelo amor, preocupação e imenso carinho. Amo vocês.

À minha orientadora, Lívia Barros, que com muita paciência se dedicou a mim e ao meu trabalho. O carinho, as conversas, a dedicação, a sabedoria fez com que minha admiração se tornasse ainda maior, e, essa construção conjunta, resultou numa bela amizade.

A todos os professores do Centro de Excelência em Turismo, em especial ao Luiz Spiller, que se fez marcante em toda à caminhada da minha graduação. Um ano sendo sua monitora foi o que deu início a essa pesquisa. Admiro seu trabalho e tenho muito carinho.

A todos os colaboradores do CET, que amam aquele lugar, assim como eu, e dedicam suas vidas para o bem-estar do ambiente.

Por último, mas não menos importante, a todos os ceilandenses que contribuíram para o resultado dessa pesquisa e para a formação da minha pessoa. Obrigada.

*Para os manos da Baixada Fluminense a  
Ceilândia, eu sei  
As ruas não são como a Disneylândia.*

(Racionais Mc's)

## RESUMO

A construção de Brasília atraiu trabalhadores por meio do grande discurso progressista de Juscelino Kubistchek, e, paralelamente a isso, outros conglomerados habitacionais formaram-se ao seu redor. Ceilândia foi um desses conglomerados que nasceu na intenção de desfavelização que ocorria no Plano Piloto. O governo do Distrito Federal, na época, lançou uma campanha conhecida como Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), que dá origem a Região Administrativa de Ceilândia, a RA IX, que foi se estabelecendo de forma orgânica mesmo diante dos desafios como falta de moradia, saneamento básico e infraestruturas. Pontos de encontro, de convivência e comerciais foram se estabelecendo naturalmente na RA, e, assim, surgiu a Feira Central da Ceilândia, objeto da presente pesquisa. Então, a Feira Central da Ceilândia, enquanto lugar de expressão da cultura nordestina, por meio de sua gastronomia e identidade, possibilita pensar um outro tipo de turismo, o Turismo Cidadão, que se baseia em uma experiência turística, primeiramente, para aqueles que moram na localidade, e, posteriormente, aos demais. Ou seja, trata-se de um exercício da cidadania que pode ressignificar o sentimento de pertencimento do morador local, e, ainda, desmitificar a marginalização, promover convivências e criar espaços de sociabilização, a partir de memórias, histórias e vivências diárias. Por isso o objetivo geral do trabalho é apresentar a Feira Central da Ceilândia como um lugar de memória, de resistência, de construção da identidade ceilandense e atrativo turístico.

**Palavra Chave:** Ceilândia. Identidade. Memória. Turismo Cidadão

## **ABSTRACT**

The construction of Brasilia attracted workers through Juscelino Kubistchek's great progressive discourse, and in parallel with this, other housing conglomerates formed around it. Ceilandia was one of these conglomerates that was born with the intention of the slump that occurred in the Pilot Plan. The Federal District government, at the time, launched a campaign known as the Invasion Eradication Campaign (CIS), which gives rise to the Administrative Region of Ceilandia, RA IX, which was established in an organic manner even in the face of challenges such as lack of housing, basic sanitation and infrastructure. Meeting, conviviality and commercial points were naturally established in the RA, and thus the Central Fair of Ceilândia, object of the present research. Thus, the Central Fair of Ceilândia, as a place of expression of northeastern culture, through its gastronomy and identity, makes it possible to think of another type of tourism, Citizen Tourism, which is based on a tourist experience, primarily for those who live in the locality, and later to the others. That is, it is an exercise of citizenship that can redefine the sense of belonging of the local resident, and demystify marginalization, promote coexistence and create spaces for socialization, based on memories, stories and daily experiences. For this reason, the general objective of the work is to present the Ceilândia Central Fair as a place of memory, of resistance, of the construction of the Ceilandense identity and tourist attraction.

**Key words:** Ceilândia. Identity. Memory. Citizen Tourism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: A criação do Plano Piloto.....	19
Figura 2: A Cidade Livre .....	21
Figura 3: Planta Urbana da Ceilândia .....	25
Figura 4: Distribuição da população por sexo, Ceilândia (Pôr do Sole Sol Nascente, Ceilândia – Tradicional), Distrito Federal.....	26
Figura 5: Percentual da população com cinco anos ou mais de idade que declararam saber ler e escrever, Ceilândia, Distrito Federal.....	27
Figura 6: Percentual das pessoas que nasceram no DF, Ceilândia, Distrito Federal	27
Figura 7: Caixa d'água da Ceilândia.....	33
Figura 8: Feira Central da Ceilândia.....	34
Figura 9: Feira Central de Ceilândia.....	43
Figura 10: As principais Feiras do DF .....	48
Figura 11: Feira Permanente da Ceilândia.....	50
Figura 12: A pesquisadora e Maria do Socorro .....	54
Figura 13: A pesquisadora e Seu Genésio.....	55
Figura 14: Feira Central de Ceilândia.....	56
Figura 15: Feira Central de Ceilândia.....	57
Figura 16: Feira Central de Ceilândia.....	57
Figura 17: Feira Central de Ceilândia.....	58

## LISTA DE SIGLAS

CEI	Campanha de Erradicação de Invasões
FCC	Feira Central da Ceilândia
JK	Juscelino Kubitschek
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
RA	Regiões Administrativas
SHIS	Sociedade de Habitações de Interesse Social

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	14
<b>1. CEILÂNDIA - BRASÍLIA: DOR, ESPERANÇA, SUOR E SANGUE</b> .....	<b>16</b>
1.1 DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA A CRIAÇÃO DAS CIDADES SATÉLITES	16
1.2. CEI - AGLOMERAÇÃO DOS “INVASORES” .....	22
<b>2. O TURISMO NOS TERRITÓRIOS E LUGARES DAS CIDADES: ELEMENTOS DE IDENTIDADE E MEMÓRIA</b> .....	<b>29</b>
2.1 CIDADE; HOSPITALIDADE; POLÍTICA PÚBLICA .....	29
2.2 MEMÓRIA E IDENTIDADE GLOBALIZAÇÃO (POSITIVA/NEGATIVA) – BATALHA DO RAP (CULTURA HIP-HOP) – EXPRESSÕES CULTURAIS DAS RUAS, QUESTÕES SOCIAIS? .....	38
<b>3. A FEIRA CENTRAL DA CEILÂNDIA: MEMÓRIA E HISTÓRIA VIVA</b> .....	<b>43</b>
3.1 O DISTRITO FEDERAL E AS FEIRAS .....	47
3.2 A FEIRA PERMANENTE DA CEILÂNDIA .....	49
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

Ideias remanescentes da Primeira Guerra Mundial visavam questões de expansão de território, e, mais tarde, após a Segunda Guerra Mundial, por demandas de segurança, a capital de uma nação não deveria ficar desprotegida.

No século XX, na tentativa de reverter o cenário do Brasil, que tinha sua população aglomerada, prioritariamente, na faixa litorânea, começa um movimento de busca pelo processo de interiorização do país, com objetivo de dar novos ares para uma sociedade interligada, e, com esse movimento, a capital também se muda para o interior do Brasil.

A mudança da capital do país do Rio de Janeiro para a região centro-oeste do Brasil é concretizada no dia 21 de abril de 1960. O sonho nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek torna-se realidade com a construção de Brasília. A nova capital traz consigo outras áreas periféricas, hoje conhecidas como Regiões Administrativas (RA), e se desenvolvem juntas até os dias atuais.

Brasília, apesar de ter sido pensada para ser uma “urbe” exemplar, se caracteriza, antes mesmo da sua criação, por ser desigual. Diferente de outras capitais, onde periferia e centro se misturam no campo visual e físico, no Distrito Federal os que vieram construir foram colocados estrategicamente longe.

[...] a maioria de trabalhadores, que por aqui ficaram, foram marginalizados e passaram a viver nas áreas periféricas do Plano Piloto. As cidades satélites, como foram chamadas as áreas periféricas, constituíam outras cidades bem diferentes da qual estava sendo construída (SEVERO, 2014, p. 1).

O termo periférico adquire uma conotação negativa nesse sentido, já que sua etimologia está apenas para aquilo que se encontra longe ao centro. Ser periferia está diretamente associado ao termo favela, aos favelados, tanto que o processo que ocorre com a Ceilândia nasce da intenção de desfavelização de Brasília, remanejando os construtores para lugares que eram periféricos ao Plano Piloto.

A Região Administrativa da Ceilândia (RA IX) foi resultado de um movimento de exclusão territorial para aqueles que vieram atraídos pela enorme campanha desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek sobre a construção da nova capital federal (VASCONCELOS, 1988). Aqueles que, estrategicamente, eram intitulados

como candangos, os heróis construtores da capital, viriam a ser considerados inadequados para Brasília.

Finalizada a construção, aos candangos foi negada moradia no próprio território, que ajudaram a construir, e isso resultou no deslocamento da população trabalhadora para os aglomerados habitacionais às margens do Plano Piloto, na época chamadas de cidades “satélites”, hoje conhecidas como Regiões Administrativas, por meio do Decreto 19.040 do Distrito Federal, estabelecido em 1998:

Proíbe a utilização da expressão "satélite" para designar as cidades situadas no território do Distrito Federal, nos documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do GDF. Considerando que as aglomerações urbanas do Distrito Federal já assumem características de cidades, cada vez mais independentes social, econômica e culturalmente do Plano Piloto; considerando que várias delas se constituem referência e pólos econômicos e culturais de expressão distrital e regional;  
[...] Art. 1º - As cidades situadas no território do Distrito Federal, deverão ser designadas pelos seus respectivos nomes em documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do Governo do Distrito Federal, vedada a utilização da expressão satélite (BRASÍLIA, 1998).

O governo do Distrito Federal na época da construção de Brasília, de acordo com Vasconcelos (1988), estava disposto a estancar uma “sangria” e afastar a população mais carente da população mais favorecida, que se fixava no centro. Assim, lança uma grande campanha de desfavelização conhecida como Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), que mais tarde culminou na formação da RA de Ceilândia.

Essa região foi formada por moradores que saíram da Vila IAPI, hoje conhecida como Guará II, e, também de outras vilas que foram remanejadas para áreas distantes do centro. A cidade em questão foi se estabelecendo com diversos desafios, como a falta de moradia digna e de uma infraestrutura básica, como água, esgoto, energia, e acesso à educação e à saúde.

A erradicação das invasões, decisão administrativa, partiu as teias da trama cotidiana dos acampamentos de operários transferindo-os não apenas para uma nova “cidade”, mas para um não-lugar. Laços de identificação foram rompidos pela segunda vez – a primeira quando trocaram suas terras natais por melhores oportunidades na capital da nação (LEITE, 2016, p. 69).

Nos primeiros dez anos da formação da Ceilândia, a população triplica, incitando à construção de locais onde as pessoas pudessem se encontrar, interagir, comprar, vender e estabelecer relações sociais. Entretanto, os pontos comerciais

eram insuficientes para a proporção que a cidade tomava. Assim, nasce a Feira Central de Ceilândia (FCC), que cresce dentro desse contexto, abarcando suas origens nordestinas e cristalizando seu lugar de resistência no coração da cidade.

A sistematização de reflexões sobre patrimônio, configuração territorial, identidade e lugares de memória serve de fundamento, neste trabalho, para abordar questões a respeito desses conceitos, com enfoque na Feira Central de Ceilândia.

Existe uma tendência de estigmatização das populações periféricas. Os moradores, muitas vezes, por estarem marginalizados, não querem se identificar com o local onde residem, ou seja, por conta de um sentimento de rejeição não alcançam o sentimento de pertencimento do lugar, agravado pela lógica especulativa do mercado, que deturpando as formas de ocupação do território.

O espaço produzido pela sociedade implica desconsiderar o espaço comum como uma existência real independente da sociedade. A reprodução do espaço (urbano) recria constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital, da vida humana, da sociedade como um todo. A reprodução do espaço (urbano) enquanto produto social é produto histórico, ao mesmo tempo em que realidade presente e imediata. Esta realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar, num momento histórico específico (CARLOS, 2015, p. 30).

O caso da Região Administrativa da Ceilândia não é diferente, e sua denominação carrega, historicamente, um estigma. O próprio nome da cidade, Campanha de Erradicação de Invasões tem um peso que alimenta um complexo de inferioridade.

Contudo, apesar de muitos percalços e situações negativas, Ceilândia e seus moradores se mostraram resilientes e resistentes. Neste processo, a Feira Central de Ceilândia se tornou um lugar de expressão da cultura nordestina, por meio de sua gastronomia e identidade, e um “lugar de memória”, termo utilizado por Pierre Nora (1992) para caracterizar espaços onde a memória se cristaliza, e laços afetivos se constituem na formação e união de um determinado grupo social.

Diante desse contexto, o sentimento de identificação, o pertencimento com o local onde se mora e a memória do território, construída coletivamente, mostram-se extremamente relevantes, uma vez que o sentimento de pertencimento dos moradores dessa região influencia, diretamente, em como eles se veem no território, e molda sua visão do mundo.

Por isso, o objetivo geral do trabalho é apresentar a Feira Central da Ceilândia como um lugar de memória, de resistência e de construção da identidade ceilandense.

Os objetivos específicos do trabalho estão identificados a seguir:

- a) Recuperar a história narrada sobre o surgimento da Ceilândia em paralelo com a construção de Brasília;
- b) Investigar a Feira Central de Ceilândia como lugar de memória e resistência e como atrativo turístico;
- c) Interpretar os relatos de memória e a história da Ceilândia como processo de construção da identidade Ceilandense;

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico adotado na presente pesquisa é de natureza qualitativa. Como evidencia Gonsalves (2003), que parte do entendimento mais aprofundado do fenômeno a ser estudado do que por dados quantitativos a serem mensurados, logo, a pesquisa qualitativa faz jus a complexidade abordada pelo objeto de pesquisa, no caso, a Feira Central da Ceilândia. As informações da região administrativa estão centradas em dados e números, que reduzem a RA a estatísticas sobre questões relacionadas à desigualdade social, violência, militarização nas escolas públicas, evasão escolar, desemprego e crise do sistema de saúde.

O intuito é trazer narrativas não oficiais para debate para se obter um nível maior de profundidade na pesquisa. Para Geertz (1978) trata-se de uma descrição de todo o fenômeno, das suas simbologias, significações e complexidade.

A análise é, portanto, escolher entre as estruturas de significação – o que Ryle chamou de códigos estabelecidos, uma expressão um tanto mistificadora, pois ela faz com que o empreendimento soe muito parecido com a tarefa de um decifrador de códigos, quando na verdade ele é muito mais parecido com a do crítico literário – e determinar sua base social e sua importância (GEERTZ, 1978, p. 19).

Assim, as histórias orais possibilitam uma maior proximidade com o imaginário da comunidade, e podem contribuir de forma direta na releitura de Ceilândia. Para Thompson, “A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um

futuro construído por elas mesmas.” (1998, p. 337). Ou seja, ajuda a construir as narrativas que não são contadas, a modelar um novo sentido de rememoração com as vivências e experiências. O uso da história oral possibilita a produção do documental em contato com o cotidiano da pessoa comum. É a principal contribuição é a reconstrução mais realista do passado porque aceita a ideia de que a realidade é “complexa e multifacetada” (THOMPSON, 1998, p. 25). Nesse sentido metodológico, não teriam outros métodos mais eficazes que esse para abarcar essa pesquisa, conforme pontuado por Meihy:

A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança no conceito da história, mas, mais do que isso, garante sentido social a vida de depoentes e leitores, que passam a entender a sequência histórica e se sentir parte do contexto em que vivem (MEIHY, 2005, p. 19).

Esta pesquisa será dividida em duas etapas principais. A primeira etapa consiste na teorização, por meio de pesquisa bibliográfica, acerca dos temas presentes nesta pesquisa, como turismo, identidade, memória, pertencimento e resistência, trazendo com autores como Moesch, Carlos e Hall. Esse primeiro contato com os autores e as ideias embasa todo o projeto, criando-se um diálogo entre autores da base bibliográfica, da autora da presente pesquisa e com aqueles que vierem a ler esse projeto em algum momento da vida. Além disso, a história oral servirá como documentação da pesquisa que será transcrita pela autora.

E, na segunda etapa, se faz necessário identificar o território em que se vive; aqui, o empirismo e a teoria se encontram no fenômeno de identificação de uma população, de rememoração, de construção e reconstrução. Através da percepção, conhecimento de suas memórias e histórias, o indivíduo começa a ter a consciência de onde vive e sua identificação com o território torna-se latente e presente. Assim, essa etapa é o encontro da pesquisa com a práxis da autora: indo à feira, conversando, coletando histórias e momentos que permitem uma sintetização de ideias. Nesta fase, que aconteceu entre dezembro de 2018 até julho de 2019, foram estabelecidas conversas com muitos feirantes, sendo ressaltadas, aqui, quatro (4) conversas que ocorreram com os comerciantes mais antigos da feira.

O trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro capítulo abordará o surgimento da RA de Ceilândia, no contexto criação e implementação da nova capital Federal; o segundo trará a conversação acerca dos temas identidade,

território, memória e pertencimento, interligando-os à história da Ceilândia como processo de consolidação da identidade ceilandense; e, por último, o terceiro capítulo tem o intuito de mostrar a Feira Central da Ceilândia como um lugar de memória, para além de um atrativo turístico, apresentando a história contada sobre a formação de Ceilândia e de seus patrimônios.

## 1. CEILÂNDIA - BRASÍLIA: DOR, ESPERANÇA, SUOR E SANGUE

Ceilândia surge em meio a dor e a esperança. Dor pelo descaso do Estado, pela morte de vários companheiros que pereceram na construção da nova Capital, pela remoção dos trabalhadores para regiões mais afastadas do centro da cidade, pela falta de moradia e por todo o processo ilusório a que esses trabalhadores foram submetidos. A esperança surge dos próprios moradores remanejados, por meio da união e força em uma cidade que se erguia ao redor do centro e que, até hoje, tem o coração aberto para todos e todas que se sentem desabrigados de alguma maneira.

Porém, para se chegar ao surgimento da Ceilândia, será necessário abordar o nascimento de outra cidade, Brasília. A nova capital federal foi construída com suor e sangue e negada àqueles que vieram com grandes expectativas de ter uma nova vida, atraídos pelo discurso desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, e, antes mesmo da cidade ser inaugurada, havia campanhas para o deslocamento da "sangria" que o governo federal queria estancar. Ou seja, os "candangos" na época eram vistos como invasores na própria cidade em que ajudaram a construir (VASCONCELOS, 1988).

Assim, Brasília – capital federal, cidade planejada, patrimônio da humanidade, moderna, arrojada, cidade-parque – surge concomitantemente com algumas cidades satélites, lugares que se moldam com a força de seus moradores, a partir de muita luta por moradia e condições básicas de sobrevivência.

### 1.1 DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA A CRIAÇÃO DAS CIDADES SATÉLITES

Novos rumos políticos estavam sendo construídos na década de 60, e Brasília seria a concretização desses novos caminhos. Porém muito do que se observou foi a velha política brasileira, agora no centro do país. Para Alves (2004, p. 123-124),

Brasília foi “fundada em 1960, concebida como a representação utópica de uma ideologia capitalista, tradutora de um pensamento poético de grandiosidade e monumentalidade”. Já para Amaral (2003), seria o grande ponto de interligação com todo o país, lócus de desenvolvimento, conectando e facilitando o encontro de regiões mais distantes.

Assim, Brasília nasce de projetos que tem por base o nacionalismo e o modernismo, cruzando tanto o aspecto geográfico quanto o arquitetônico, que se mostra de grande expressão (ALVES, 2004). No século XX, a perspectiva modernista está em ascensão, deixando latente uma busca pela identidade nacional, que pulsava na população brasileira, e procurando avidamente por novos ares, assim como no resto do mundo. Brasília materializa, segundo Silva (1997, p. 67), “uma época em que a identidade era fornecida pelo sonho, ao mesmo tempo em que o sonho era a própria identidade”.

Brasília era, antes de tudo, uma necessidade. Urgia construí-la no menor prazo possível, para recuperar centenas de anos em que a civilização brasileira se concentrou somente na orla marítima, deixando à própria sorte o resto de seu imenso território (SILVA, 1985, p. 15).

De acordo com Silva, a identidade em questão se construía diante de uma expectativa pelo grande discurso que JK entoava no final da década de 60, atraindo pessoas de todo o Brasil para se construir a nova capital na região centro-oeste do país. Contudo, Hall (2011, p. 13) nos fala que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”. Dessa maneira, em vez de falar da identidade como um processo finalizado, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. Logo, “a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduo, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginávamos ser vistos por outros” (HALL, 2011, p. 39).

A Constituição Brasileira de 1891 já determinava a mudança da capital brasileira para o Planalto Central, interior do país, contudo, não se sabia o local específico, pois, ainda não havia sido escolhido, na época. Então, foi instituída a Missão Cruls para a demarcação de terrenos no interior do país, demarcação esta ficou conhecida como o Quadrilátero Cruls.

Muitos anos se passaram até que a Constituição de 1946 determinasse um estudo para a localização da nova capital federal. A segunda iniciativa da

construção ocorreu com a formação de uma comissão, em 1948, nomeada pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra. Conhecida como Missão Polli Coelho, esta comissão constatou, após dois anos de trabalho, que o melhor local era de fato, coincidentemente, o Quadrilátero Cruls (ALVES, 2004, p. 124).

Quando Brasília começa a ser construída, em 1956, JK logo institui a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), com Israel Pinheiro como seu presidente. Ernesto Silva, médico, assume o cargo de diretor administrativo; Bernardo Sayão, engenheiro, assume o cargo de diretor técnico; Oscar Niemeyer fica com o cargo de diretor do Departamento de Arquitetura, e ao presidente JK fica a missão de fazer um apelo à nação brasileira, rumo ao desenvolvimento marchando para o Planalto Central, com o objetivo da interiorização populacional e o possível nascimento de um símbolo popular mais forte e enraizado no coração do país (FIGUEIREDO, 1979).

A Novacap lança, então, um concurso para se escolher o projeto da nova capital, e 26 projetos são inscritos neste concurso; vence o projeto de Lúcio Costa.

[...] por apresentar um projeto de extrema racionalidade, com a devida unidade entre o conjunto funcional e o aspecto plástico, e por contemplar os objetivos norteadores da criação da capital federal: localizar Brasília em uma posição estratégica do país e planejar a cidade para ser moderna e dotada de uma visualidade monumental (ALVES, 2004, p. 125).

O júri da Comissão Julgadora do Concurso o definiu como “o único plano para uma capital administrativa do Brasil... claro, direto... fundamentalmente simples... tem o espírito do século XX: é novo; é livre e aberto; é disciplinado sem ser rígido” (BRAGA; FALCÃO, 1997, p. 4). A simplicidade e os traços contínuos foram bem retratados por Lucio Costa. A visibilidade monumental é muito presente no seu projeto.

A fundação de Brasília aconteceu em 3 de maio de 1957, com a realização de uma missa, assim como ocorreu na fundação do país, em 3 de maio de 1500. A instituição de Brasília significava a nova fundação do Brasil (MESQUITA, 2016).

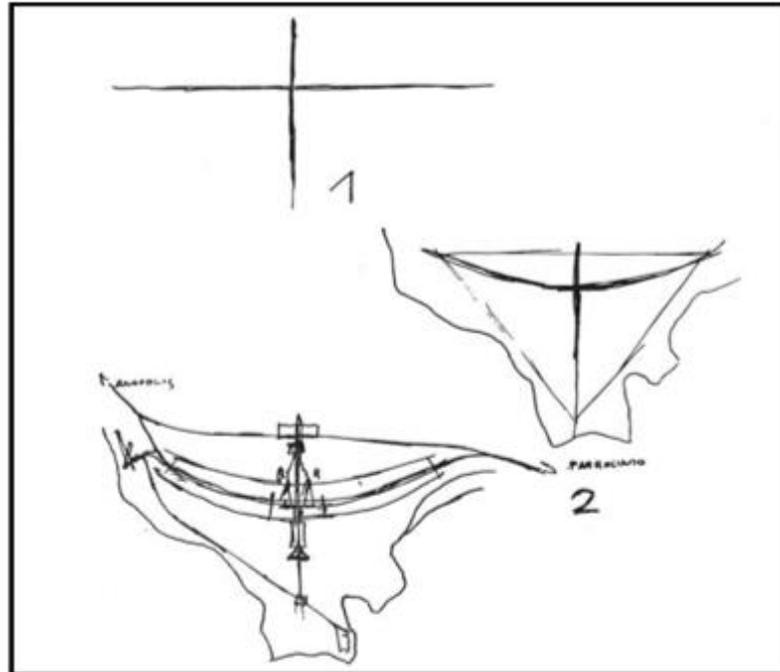


Figura 1: A criação do Plano Piloto  
 Fonte: COSTA, Lúcio. Relatório do Plano Piloto. Brasília, 1991

Segundo Mesquita (2016), Brasília foi planejada negando um Brasil que já existia, com marcas e processos que o Estado não estava a fim de encarar naquele momento.

Apesar de Brasília ter sido concebida como uma cidade ideal, como uma “urbs” – um ambiente arquitetônico planejado –, percebe-se que ao longo da História vem se transformando em um organismo vivo e contraditório, uma cidade que, como tantas outras, tem muitas comunidades e identidades. Brasília, símbolo do novo Brasil, insinuava a modernidade em ação, materializando um momento de pré-maturidade em busca de um novo centro, de estabilidade e ordem social, no qual o complexo de inferioridade e a passividade pareciam estar superados (ALVES, 2004, p. 128.).

Porém, esse complexo de inferioridade e passividade brasileira não estava superado. Pelo contrário, após a construção da capital ficaram exaltadas as profundas fissuras brasileiras na qual se ergueram a nova cidade, com massas de trabalhadores, advindos das diversas regiões do país. Segundo Holston, “negando aos operários da construção direitos de residência, pretendia evitar que o Brasil por eles representado fincasse raiz na cidade inaugural” (1993, p. 200).

A história de Brasília, mesmo antecedentemente à inauguração do Plano-Piloto como centro político administrativo do país, em 1960, registra alguns testemunhos da contradição ‘planejamento urbano’ versus construção injusta do espaço. As contradições básicas se configuram em movimentos sociais e de algumas lutas bem pontualizadas, cujos teores, momentos e

atores estão sendo analisados em outras contribuições (PAVIANI, 1991, p. 122).

Os acampamentos que foram instituídos durante a construção eram provisórios, já que o intuito era que, após terminar a construção da cidade, a priori, esses trabalhadores retornassem às suas cidades natais. Ora, como esperar que isso acontecesse diante do discurso de Juscelino? A tão sonhada cidade era apenas destinada a burocratas e serviços públicos?

Ao apresentar o conceito de segregação planejada apresentou o cenário de embates estabelecidos entre as classes e o agravamento da desigualdade refletido na discriminação e intensificação pelo direito de permanecer no Distrito Federal ainda que em cidades satélites, “não se deveria deixar que se desenvolvesse a periferia de miséria operária” (HOLSTON, 1993, p. 257 apud MESQUITA, 2016, p. 20). Em 1958, a Novacap, por pressão popular opta por expansão urbana e constituição de Taguatinga, inaugurada dois anos antes da capital (HOLSTON, 1993 apud MESQUITA, 2016).

A Região Administrativa do Núcleo Bandeirante, à época, ficou conhecida como cidade pioneira ou cidade livre, e abrigava construtores, arquitetos, médicos, comerciantes, pois servia de ponto de apoio para a construção da nova capital, com casas e pontos de apoio todos feitos com tábuas e madeiras (ALVES, 2004). Em julho de 1957, segundo Vasconcelos (1988), já existiam mais de cem construções e mais de mil pessoas que desempenhavam alguma atividade na Cidade Livre. Com o crescimento populacional, a cidade livre abrigava o inchaço urbano que se aglomerava ao redor de Brasília. No ano da inauguração da capital, cerca de vinte mil pessoas habitavam a região administrativa que hoje é conhecida como Núcleo Bandeirante (LEITE, 2016).



Figura 2: A Cidade Livre  
Foto: Arquivo Público do Distrito Federal, domínio público.

O desespero da população por moradia e oportunidades de emprego, gerou um estado de aflição geral, não somente por parte da população, mas também do Estado que já negava problemas profundos que assolavam o país e que se enraizaram, ainda mais, na nova capital federal (MESQUITA, 2016).

O governo negava a esses moradores o próprio espaço urbano que fora construído; tratavam isoladamente um sintoma, ao invés de tratar o problema em si.

A crueldade com que os migrantes foram tratados pela gestão de JK muitas vezes é esquecida para que se enalteça o projeto inovador e pioneiro do então presidente. Entretanto, as histórias das cidades satélites são a prova de que o ideal de desenvolvimento pretendido para Brasília não estava relacionado ao desenvolvimento social daqueles que mais precisavam e, de que o Brasil antigo foi ignorado, mesmo sendo vizinho do “novo Brasil” representado por Brasília. Ramificação diferente de uma mesma história é o caso de Ceilândia, objeto deste estudo e outra cidade satélite advinda dos processos excludentes que transpassaram a história da capital (MESQUITA, 2016, p. 20-21).

Foi uma decisão do Estado erradicar as invasões que se instalavam nas redondezas do Plano Piloto.

[...] as teias da trama cotidiana dos acampamentos de operários transferindo-os não apenas para uma nova ‘cidade’, mas para um não-lugar. Laços de identificação foram rompidos pela segunda vez – a primeira quando trocaram suas terras natais por melhores oportunidades na capital da nação (LEITE, 2016, p. 69).

## 1.2. CEI - AGLOMERAÇÃO DOS “INVASORES”

Desde 1969 a Campanha de Erradicação de Invasores – CEI tinha a finalidade de remover os “invasores” dos arredores do Plano Piloto. Segundo Ramos (2010), existia a necessidade de o poder ficar afastado dos grandes centros, consolidando a nova capital federal como uma ilha de segurança. Os “favelados”, antes mesmo da inauguração da capital, foram realocados pela Novacap para as, então, cidades-satélites.

Com o intuito também de sanar o problema da falta de moradias, núcleos habitacionais foram criados ao final da construção de Brasília. De acordo com Vasconcelos (1988), em 1970, cerca de cem mil pessoas viviam em condições de favelados na nova capital em áreas próximas ao Núcleo Bandeirante, como a invasão do IAPI (tem-se esse nome pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários), Vila Tenório, Esperança, Bernardo Sayão, Colombo e os morros do Urubu e Querosene. Até então, a proposta da erradicação era inusitada já que:

Convenceu-se de que não era somente construir a casa ou o apartamento para o favelado. Mas, promover um processo onde houvesse uma adesão de ideias de remoção, uma participação de todo o núcleo de família, e oferecidas as condições de construção da casa própria pelos favelados, num ambiente dotado de equipamentos comunitários básicos – água, luz, escola, hospitais etc. – que posteriormente seriam ampliados. Portanto, algo novo do que se fizera, anteriormente. O propósito maior era o de integrar uma população marginalizada dentro de um novo tipo de comunidade organizada, assegurando-se a ela melhores condições de vida e de bem-estar social, e criando-se, nela, se possível, com o tempo, uma elevação do nível de aspiração social e intelectual (VASCONCELOS, 1988, p. 60).

A comissão que cuidava de todo o processo – de desfavelização, juntamente com a Novacap, demarcou, nas antigas terras da Fazenda Guariroba, de Luziânia/GO, 17.619 lotes, de 10x25 metros numa área de 20km<sup>2</sup> – que mais tarde se transformaram em 231,96 km<sup>2</sup>, em 1988, pelo Decreto n.º 2.842. Em 27 de março desse mesmo ano, o governador Hélio Prates lançou a pedra fundamental de Ceilândia, onde hoje está localizada a Caixa D’Água<sup>1</sup>, ao lado da Feira Central de Ceilândia (FCC), e, também, começou o processo de assentamento das primeiras famílias que vinham da Vila IAPI, setor que ficou conhecido, a priori, por tradicional, e que, atualmente, é o Centro da Ceilândia.

---

<sup>1</sup> Segundo a CODEPLAN (2018), o Reservatório Elevado (Caixa d’Água) de Ceilândia foi reconhecido como símbolo da luta das primeiras famílias que conquistaram a sua permanência na cidade, por meio do Decreto de Tombamento n.º 34.845/2013.

O processo de remoção e o de alocação foi muito truculento, e sem responsabilidade. Apesar de se ter a história de que aquela remoção era a mais saudável e coerente a ser feita, na prática, foi bem diferente. Esses moradores foram removidos contra sua vontade e jogados em meio ao cerrado, se expondo a condições mínimas, para não dizer precárias. “Nota-se a intensificação de um processo de exclusão socioespacial na capital federal que tem seus remanescentes até os dias de hoje” (MESQUITA, 2016, p. 23).

A segregação planejada que marcou a sociedade do DF já em seus primeiros anos culminou numa série de outros problemas aos remanejados. Além dos problemas de falta de infraestrutura, a transferência ocasionou considerável redução de renda. Foram muitas as dificuldades, uma vez que a “distância e os elevados custos de transporte contribuíram para que estes trabalhadores não chegassem mais ao centro urbano planejado que ofertava os serviços que eles executavam, de mão de obra barata” (OLIVEIRA, 2007, p. 105 apud MESQUITA, 2016, p. 24).

Segundo Leite (2016), além da remoção e instalação de equipamentos comunitários essenciais, a Campanha de Erradicação de Invasões, previa, também, a instauração de dezessete mil lotes na nova cidade. O projeto, de autoria do arquiteto Ney Gabriel de Souza, era formado por dois eixos cruzados em ângulo de 90 graus, constituindo a figura de um barril. No dia 27 de março de 1971 iniciou-se a remoção, concluída um ano depois. De acordo com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), entre 1976 – 1977, foram construídos os setores “O” e “P”, parte do programa habitacional da Sociedade de Habitações de Interesse Social — SHIS, para atender novos moradores de áreas não-regularizadas e famílias que dividiam o mesmo lote em Ceilândia (2018). Ainda, segundo a CODEPLAN, em 1980, iniciou-se a ocupação a oeste do Setor O da Ceilândia, com o Setor de Indústria. O Setor QNM foi expandido, inicialmente, em 1987, com a construção de 500 casas, em regime de mutirão, e, posteriormente, em 1989. No período entre 1986 e 1991, iniciou-se a expansão dos setores O, N e P, e implantação do setor Q. No processo de remoção, a comunidade, diferente do que tinha sido acordado com a CEI e no discurso que foi promovido, se deparou apenas com estacas de madeiras em meio ao cerrado desmatado, reivindicando condições mínimas de infraestrutura, como água, iluminação pública e saneamento básico, sendo atendidos apenas meses depois. Os demais serviços comunitários, como serviços de saúde, educação, transporte e asfaltamento, foram consolidados apenas em 1982, dando aos

moradores a possibilidade de melhorarem as condições de vida a que foram submetidos.

A Lei nº 49, de 25 de outubro de 1989 permitiu a criação da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX, desmembrada da RA III – Taguatinga. Em 1992, se deu a implantação do Setor R e em seguida a ocupação do Condomínio Agrícola Privê Lucena Roriz. No ano de 2000 foi aprovado o Plano Diretor Local – PDL de Ceilândia, por meio da Lei Complementar nº 314, de 1º de setembro (CODEPLAN, 2018).

A Ceilândia, então, surgiu de um contexto de segregação, estratificação e violência social, instituído diretamente pelo Estado que, na teoria, visava o bem-estar social. Contudo, na prática, o que aconteceu foi o total descaso com esses trabalhadores que foram intitulados “invasores”.

Atualmente, de acordo com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (2018), a Ceilândia está distribuída entre os setores sul e norte, que contemplam a Ceilândia (tradicional) Centro, Guariroba, Setores “P”, Setor “O”, Expansão do Setor “O”, QNQ/ QNR. Os setores Pôr do Sol e Sol Nascente, que faziam parte dos limites da Ceilândia, foram emancipados para uma única Região Administrativa, conforme sancionado em lei, no dia 14 de agosto de 2019, pelo atual governador de Brasília, tornando-se, assim, a 32ª Região Administrativa do Distrito Federal. O Sol Nascente hoje é a segunda maior favela da América Latina, se diferencia em sua forma, horizontalizada, ao invés das verticalizadas, que são vistas mais em regiões diferentes de grandes chapadões, como em São Paulo e Rio de Janeiro. Quando o Sol Nascente ainda fazia parte da Ceilândia, seus limites iam até o entorno do DF, no caso, Águas Lindas. Assim, com a emancipação, Ceilândia reduz um pouco seu território, mas, mesmo assim, continua sendo a Região Administrativa mais populosa do Distrito Federal. Segundo Leite (2016), a forma como ocorreu a remoção provocou múltiplas rupturas na recém comunidade, inclusive de natureza cultural, que estão marcadas, até hoje, na memória desses “favelados invasores”.

De acordo com Mesquita (2016), fatores como condições mínimas de sobrevivência, violência, falta de infraestrutura, falta de mobilidade espacial, foram determinantes no processo de consolidação de problemas de ordem social, que a cidade e seus moradores tem a ânsia de se desvencilhar, impactos que surgiram em sua criação e que, até hoje, reverberam na RA. Isolados tanto socialmente quanto espacialmente, além desses moradores sofrerem diversas dificuldades, não possuíam oportunidades, já que não conseguiam se deslocar com facilidade para o

centro, Plano Piloto, que se utilizava da mão de obra desses moradores. “A primeira vez que um ônibus fez a linha Ceilândia-Plano Piloto foi em 28 de março de 1971, um dia após a chegada da primeira família. Era um coletivo da TCB e a passagem custou 60 centavos” (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2018).

Em menos de dez anos desde sua criação, Ceilândia era excluída, marginalizada e violenta. “[...] A imagem de Ceilândia, tanto no Plano Piloto quanto nas outras cidades satélites de Brasília, é a de uma cidade violenta, tomando-se por base o noticiário da imprensa e as ocorrências policiais que ali se registram” (VASCONCELOS, 1998, p. 94).

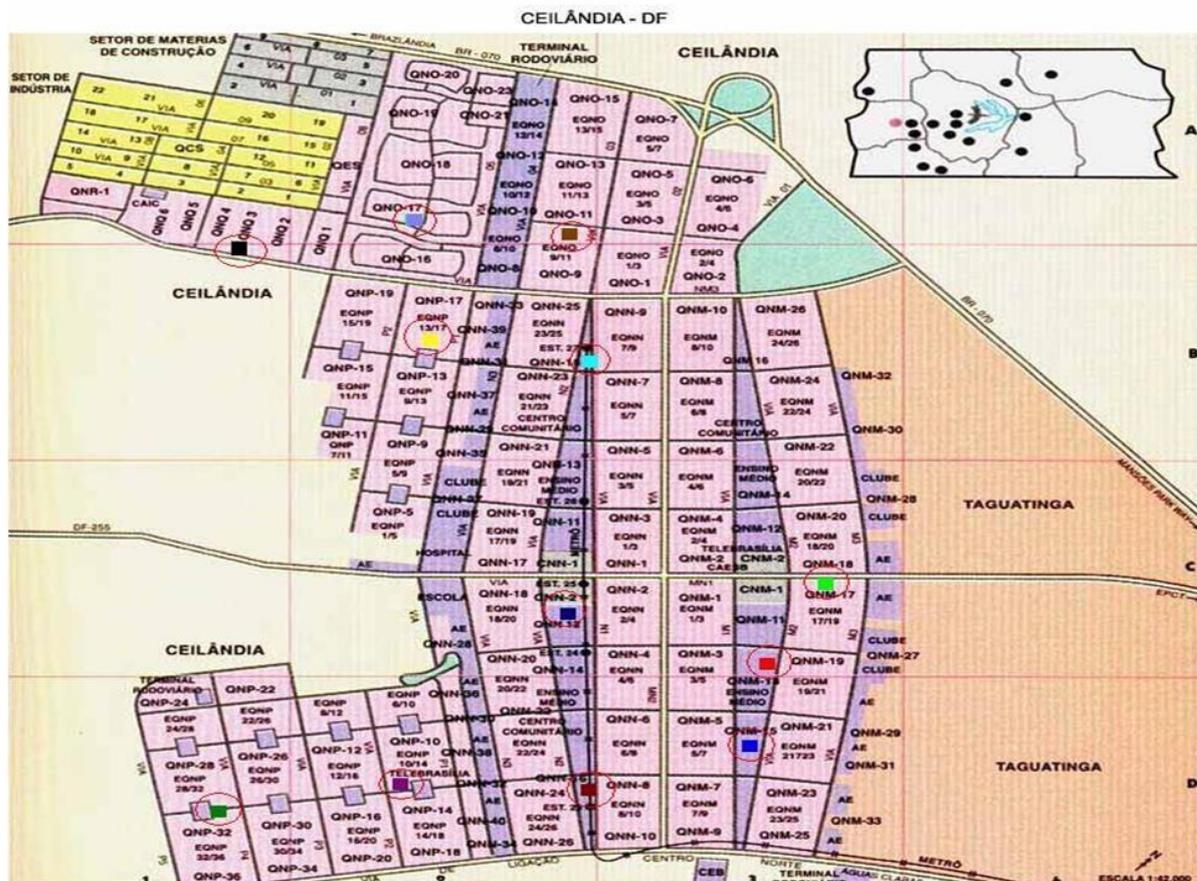


Figura 3: Planta Urbana da Ceilândia  
Fonte: Governo do Distrito Federal – RA Ceilândia

Atualmente, o Distrito Federal, possui cerca de 4 milhões de habitantes (GDF, 2018). Contudo, o centro do poder não se mistura com as demais Regiões Administrativas. Como disse Leite, “É uma cidade dentro da cidade, que permite contemplar a distância a cidade e o país. Uma verdadeira ‘ilha da fantasia’. Os

habitantes da cidade sofrem com a distância imposta, os conceitos e pré-conceitos do restante do país” (2016, p. 60).

Ceilândia apesar de muitos percalços no início da sua caminhada, se manteve resiliente e resistente em seus 48 anos. Considerada por muitos uma mãe, é uma cidade que pulsa cultura, além dos inúmeros movimentos da periferia que clamam por representatividade.

Mesquita (2016) fala que, para se entender melhor a dinâmica da Região Administrativa IX, é necessário levar em consideração alguns fatores socioeconômicos.

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), de 2018, apresenta algumas informações relevantes sobre a Ceilândia, contudo, até o período de publicação da pesquisa, as regiões do Pôr do Sol e Sol Nascente ainda compunham a RA IX. Segundo a PDAD, na RA consta uma população urbana de 432.927 pessoas, sendo 52,1% do sexo feminino, com idade média de 31,9 anos, e, em relação à raça/cor, 52,8% dos moradores se declararam pardos. Além disso, atualmente, mais de 96% dos moradores com cinco anos ou mais de idade declararam saber ler e escrever e mais de 50% das pessoas entre 4 e 24 anos frequentam escolas públicas da própria Região (PDAD, 2018).

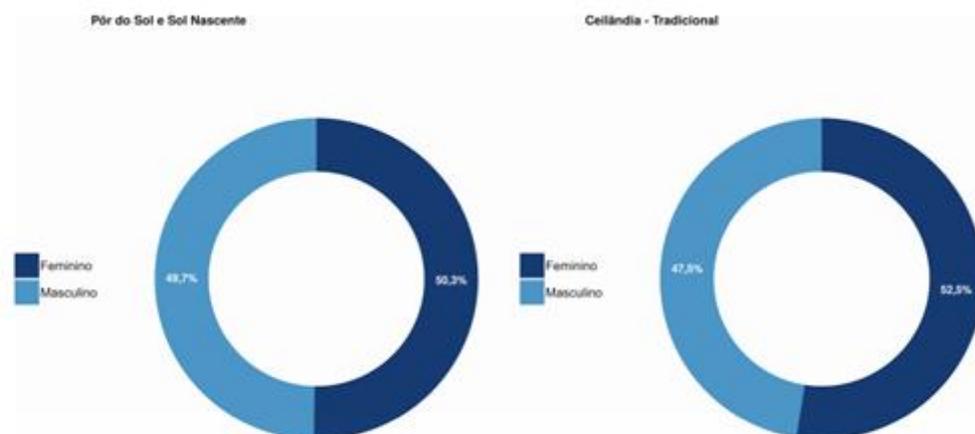


Figura 4: Distribuição da população por sexo, Ceilândia (Pôr do Sole Sol Nascente, Ceilândia – Tradicional), Distrito Federal  
Fonte: PDAD (2018).

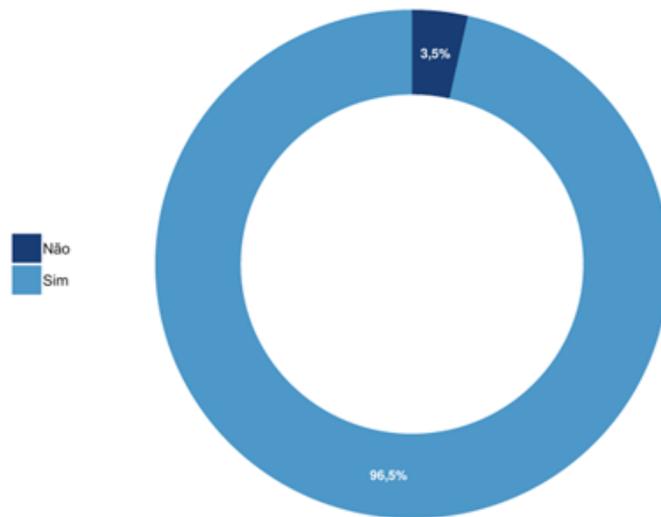


Figura 5: Percentual da população com cinco anos ou mais de idade que declararam saber ler e escrever, Ceilândia, Distrito Federal  
Fonte: PDAD (2018).

Mais de 40% dos entrevistados na PDAD reportam terem nascido no Distrito Federal e, quando questionados da origem de seus pais ou avós, o lugar mais reportado foi o Piauí, com 16% (PDAD, 2018). Nota-se a mudança de geração após 48 anos, em que, no início, na época em que a cidade se erguia, eram migrantes vindo construir a nova capital, uma massa maior de nordestinos logo seguido dos mineiros, que construiriam suas vidas aqui e, hoje, passam as histórias, vivências para as gerações mais novas e criam suas próprias raízes com o território em questão.

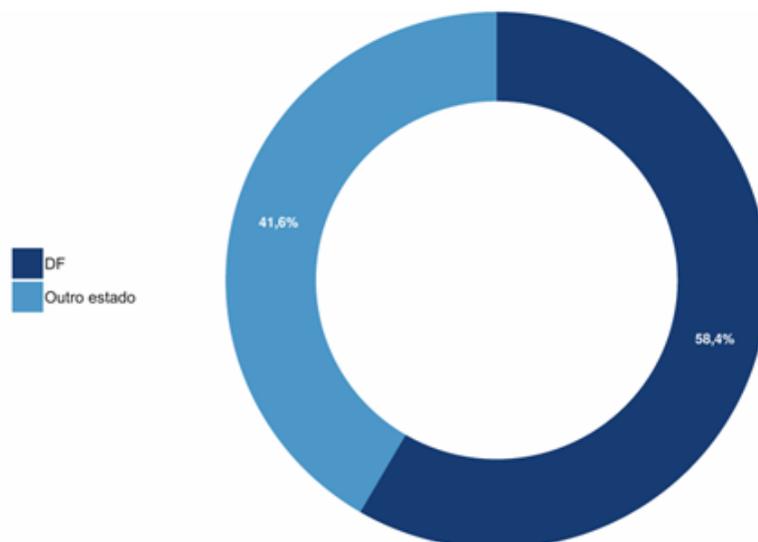


Figura 6: Percentual das pessoas que nasceram no DF, Ceilândia, Distrito Federal  
Fonte: PDAD (2018).

Atualmente, Ceilândia passou por diversas mudanças, tanto socialmente quanto em relação a equipamentos que a própria cidade oferece. O burburinho das pessoas que ali habitam fica cada vez mais forte, onde se expressam por meio de movimentos sociais e buscam, ativamente, um reconhecimento e empoderamento do próprio território.

Projetos como Ruas, Jovem de Expressão, Vem pra Cei, são exemplos de como os moradores estão se organizando e debatendo questões, levando cultura, eventos, rodas de conversa, danças, entre outras atividades, para toda a população da RA.

O projeto Vem pra Cei, por exemplo, mapeou mais de 50 atrativos turísticos na cidade, em diversas segmentações do turismo, como o rural e o cultural. A FCC, hoje, é um dos principais atrativos turísticos da RA, que consolida as raízes do ceilandense e corrobora para a questão identitária local, fora as diversas festas tradicionais, como o Maior São João do Cerrado, que acontece no bairro Guariroba de Ceilândia Sul, presente na rotina dos moradores advindos desde a época da construção; muitas tradições nordestinas se perpetuam nesse território.

Diante dessa realidade advinda do contexto de Brasília, faz-se necessário o entendimento de Ceilândia e seu surgimento enquanto parte da história oficial. A história da capital na maioria das vezes é contada em torno apenas do ideal utópico do desenvolvimento que traria ao país, esquecendo que o surgimento de problemas sociais nesse território antes inabitado é decorrente da política segregacionista da época da construção (MESQUITA, 2016, p. 27).

E além da história oficial, que deve estar incluída, os diversos outros enredos que permeiam essa mesma história também devem ser trazidos à tona. As narrativas não oficiais, os relatos dos que viveram a situação desde o princípio, as memórias, as dificuldades, devem ser mostradas e discutidas para que o Estado não fique omissivo, como acontece, geralmente, diante das adversidades que se sobrepõem às parcelas específicas da população, no caso, as que se encontram em regiões periféricas em relação ao centro.

Com base no que foi apresentado, Ceilândia tem sua história formal e memória relatada. Contudo, observa-se a necessidade de trazer a história não oficial, que se consolida na identidade por meio da memória coletiva de uma população que desde o princípio foi estigmatizada. Essa resignificação memória-social, transversalmente com o pertencimento exacerbado, gera uma comoção naqueles

que usufruem do espaço em seu cotidiano, transformando primeiro o local para, depois, atingir o global.

Nessa perspectiva, mostra-se relevante, também, discutir as possibilidades e alternativas sobre a prática turística na RA IX, que se destaca por meio da sua cultura e pelo próprio agente modificador do espaço, nesse caso, o ceilandense.

## **2. O TURISMO NOS TERRITÓRIOS E LUGARES DAS CIDADES: ELEMENTOS DE IDENTIDADE E MEMÓRIA**

### **2.1 CIDADE; HOSPITALIDADE; POLÍTICA PÚBLICA**

O espaço urbano é a expressão da ordem e do caos, do que é diretamente visto ou percebido, e este espaço representa muito mais do que formas, daquilo que é visualizado imediatamente (CARLOS, 2015). As reflexões são muito mais complexas do que reduzir para aquilo que se olha. Para Carlos (2015, p 38) “A paisagem não só é produto da história como também reproduz a história”, ou seja, as paisagens urbanas das cidades reproduzem histórias que estão sendo contadas a todo momento, sendo que se caracteriza por uma eterna construção e desconstrução. No caso da RA IX, a paisagem e o processo urbano demonstram a estratificação social e violência que essa cidade sofreu. “O uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social” (CARLOS, 2015, p. 23).

Como mencionado, Brasília é erguida em cima de marcas que o Brasil queria deixar para trás. Entretanto, o processo todo foi ilusório. Enquanto a nova cidade nasce como patrimônio, um museu a céu aberto, as demais regiões que se conglomeram ao redor mostram a falta de planejamento e o descaso do governo. Então, esse uso diferenciado do território, que é muito evidente quando você conhece tanto Brasília quanto Ceilândia, é produto da desigualdade social. Esperava-se erguer uma cidade intocada, aquela que só contemplaria serviço público e serviços automobilísticos. A cidade para um público totalmente diferente daquele que fora para construir a mesma. De acordo com Carlos (2015), “A desigualdade que pode ser percebida ‘no olhar-se paisagem’ é consequência dos contrastes decorrentes do processo de produção do espaço urbano”.



O lugar construído como condição para a produção e para a vida, e ao serem construídas, essas condições produzem um espaço hierarquizado, diferenciado, dividido, contraditório, que se consubstancia como um dado modo de vida, como formas de relacionamento, como ritmos do cotidiano, como ideologia, religião e como um modo de luta (CARLOS, 2015, p. 52).

Ainda, segundo Carlos (2015), a cidade vem atender às necessidades do homem, de acordo com o capital, “Onde o homem se vê capturado pelas necessidades de consumo e lazer”, e, dentro dessas necessidades, o turismo mostra-se de grande importância, no sentido de poder modificar o sistema, fazendo com que ele se torne uma necessidade diretamente vinculada ao prazer do indivíduo, e buscando, dessa forma, outras maneiras de se relacionar e poder ver o turismo se apropriando e sendo apropriado em prol da comunidade.

As autoras Gastal e Moesch (2007), em seu livro “Turismo, Políticas Públicas e Cidadania”, tratam de alguns pontos centrais e um deles é como o turismo pode ser utilizado para o homem/mulher exercer a sua cidadania, e como as políticas públicas efetivas podem corroborar para este processo.

Gastal e Moesch preferem a utilização do termo experiência turística quando tratam de turismo, pois não reduzem essa experiência apenas à noção materialista, mas, sim, a uma ampla teia de relações, significados e vivências. Exercendo a cidadania turística, a visão simplista de que o turismo é apenas uma atividade econômica, subjugada pelos interesses do capital, pode mudar a partir da percepção do próprio homem com o meio. De acordo com as autoras, o turismo associado à cidadania tem o poder de exercer um papel ainda mais relevante, não somente nas comunidades em que o turismo já está “enraizado”, mas também naquelas não inseridas no trade turístico. Contudo, em ambos os casos são necessárias políticas públicas democratizantes (GASTAL; MOESCH, 2007).

Assim, como também aborda Carlos (2015), o próprio homem torna-se o principal agente modificador e construtor do espaço urbano, sendo guiado por interesses do capital, e, também, pela possibilidade de alterar a situação ou realidade em que vive, aliado à cidadania e ao turismo.

Hoje o homem está no centro da discussão do espaço, na posição de sujeito. O espaço é humano porque o homem o produz e não, simplesmente, porque nele habita. A sociedade produz o espaço a partir da contradição entre um processo de produção socializado e sua apropriação privada. Portanto, o espaço se reproduz, reproduzindo conflitos (CARLOS, 2015, p. 34).

Dessa maneira, mostra-se de grande relevância essa interação do homem com seu próprio território, pois as pessoas moldam o espaço, assim como o espaço molda as pessoas.

Em suma, é o processo de reprodução do capital que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, baseados nos mecanismos de apropriação privada, em que o uso do solo é produto da condição geral do processo de produção da humanidade, que impõe uma determinada configuração ao espaço urbano. Tal configuração decorre de dois modos de uso do solo: a) vinculado ao processo de produção e reprodução do capital e b) vinculado à reprodução da sociedade, tanto da força de trabalho (enquanto exército industrial ativo, ou exército industrial de reserva), quanto da população em geral (consumidores). Tal diferenciação emergiu da construção da noção de espaço-produto (CARLOS, 2015, p. 49).

Nesse sentido, fica claro que as transformações que ocorrem na sociedade, e no próprio ser humano, um dos principais modificadores do espaço urbano, são diferentes em cada localidade. A paisagem urbana consegue retratar mais fielmente essas alterações, transformações essas são perceptíveis de lugar para lugar. Segundo Carlos (2015), são diferentes relações, comunicações, infraestruturas; existe uma multiplicidade de fatores que corroboram para diferentes modos de vida dentro de uma mesma sociedade. Existe também, de acordo com o autor, diferenças entre as cidades.

Esse uso diferenciado do próprio espaço urbano causa conflitos pelo território, e, “Como consequência surgem os movimentos sociais urbanos pelo direito à cidade no seu sentido pleno – o habitar e tudo que isso implica, não se restringindo apenas à luta por equipamentos urbanos (CARLOS, 2015, p. 23). O agente modificador, no caso deste trabalho, é o ceilandense. Ele modifica e ressignifica todo o modo de vida que lhe foi negado, a priori, criando raízes com um segundo local e, a partir dali, muda toda uma perspectiva.

Hoje, diversas estruturas da Região Administrativa IX são símbolos de resistência, remanescentes da época da construção da capital. A Caixa D'água e a Feira Central da Ceilândia demonstram a identidade nordestina, identificada e valorizada como expressão do movimento de resistência e de solidariedade entre si; partindo do escambo, ergueram uma das feiras mais representativas, em questão identitária, do Distrito Federal.



Figura 7: Caixa d'água da Ceilândia  
Fonte: Gabriela Berrogain/G1 (2016)

Carlos (2015) diz que a reprodução do espaço (urbano) enquanto produto social é também produto histórico. O espaço, além das formas que podem o dominar, de certa maneira, também possui suas diversas realidades e multiplicidade de fatores. A espaço geográfico conta sua história através das alterações que sofre.

São os diversos modos de apropriação do espaço que vão pressupor as diferenciações de uso do solo e a competição que será criada pelos usos, e no interior do mesmo uso. Como os interesses e as necessidades dos indivíduos são contraditórios, a ocupação do espaço não se fará sem contradições e, portanto, sem luta (CARLOS, 2015, p. 42).

Leite (2016) diz que, atualmente, existe uma necessidade da própria hospitalidade poder reinventar as relações e os lugares de encontros, sejam estes em casa ou na rua. A hospitalidade consegue proporcionar aos sujeitos que habitam a cidade o sentimento de pertença, seja em um espaço de encontro ou em um nicho específico, evitando, como diz a autora, a sensação dos sujeitos de estarem em um não lugar, lugar este que eles (os sujeitos) não têm nenhum tipo de ligação. “A cidade necessita oferecer espaços de contemplação e socialização que convide, primeiramente o morador para posteriormente bem acolher o estrangeiro” (LEITE, 2016, p. 102). Moesch trata a hospitalidade com complexidade, implicando, assim, uma percepção diferenciada e mais aguçada do conceito, “[...] que aborda o

reconhecimento do outro, ou em termos mais adequados, o acolhimento e a convivência” (MOESCH, 2010, p. 9). É o acolhimento e o reconhecimento do outro em suas diferenças, uma relação que leva em conta os “[...] laços sociais, ritualísticos e de reciprocidade, constituintes da hospitalidade como valor de troca do sujeito, portanto humanizador” (MOESCH, 2010, p. 9).



Figura 8: Feira Central da Ceilândia  
Fonte: Arquivo Pessoal (2019).

Segundo a autora é preciso pensar a hospitalidade de forma mais abrangente, ou seja, deve ser voltada não somente para o sujeito que visita a cidade, mas também para quem vive naquele local, sendo, no final, consequências das ações em prol dos laços sociais. “A hospitalidade então é uma forma, ritualizada ou não, de ligação e de relação de reciprocidade entre os sujeitos buscando igualar o visitante

ao visitado” (LEITE, 2016, p. 102). Hospitalidade, como bem expressado pela autora, é viver a convivência. São relações recíprocas que, além de tudo, também são humanizadoras.

A hospitalidade é uma virtude. Virtude significa qualidade de moral, a prática do bem. A virtude é valor do sujeito, logo, a hospitalidade enquanto virtude é humana, é subjetiva, é ritualística e é moral. Uma vez que a hospitalidade se define a partir do outro, a convivência com o que é estranho, respeitando o outro em sua diferença é fundamental para a hospitalidade (MOESCH, 2010, p. 8)

Se (re)conhecer no local em que se vive faz parte do processo identitário pessoal e conjunto, sendo que são as mais diversas formas de identificação se integrando a uma rede global de forma independente, cada qual com suas especificidades. Como apontado pelas autoras Gastal e Moesch (2007), vivemos num mundo em que o intenso processo de globalização induz a uma sociedade padronizada e homogeneizadora, em que se excluem as diferenças e são atenuadas as igualdades (padronizadas por um sistema vigente). Cada localidade possui características que diferem uma das outras, relações interpessoais, modos de vida. Portanto, pode-se dizer que cada cidade, assim como os bairros, constitui seu espaço identitário.

Se, nas cidades, mesmo os bairros se colocam como espaços de identidade e identificação, para viver outros cenários não seria mais necessário sair dos limites urbanos, pois estes se tornaram o território da multiplicidade, permitindo ao indivíduo ser turista mesmo sem abandonar seu território. Também se estaria migrando de um conceito de turismo marcado pelas distâncias espaciais para um conceito que priorizasse a sua prática como o percorrer tempos e espaços diferentes dos rotineiros. Turismo seria menos o percurso no espaço, para tornar-se um percurso por tempos-espaços, em especial culturais, diferentes daqueles a que se esteja habituado, com ênfase nas vivências e experiências (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 37).

Falar sobre e discutir perspectivas diferentes de se lidar com esse processo homogeneizador da globalização mostra-se de grande relevância diante do contexto apresentado. Dentre estas perspectivas, Gastal e Moesch (2007) apresentam:

Turista cidadão é aquele que resgata a cultura da sua cidade, fazendo uso do estranhamento da mesma. Este estranhamento inicia no momento em que o indivíduo descobre, no espaço cotidiano, outras culturas, outras formas étnicas e outras formas de lazer e entretenimento. Quando se encontra na condição de turista cidadão, este sujeito aprende a utilizar os espaços ambientais, culturais, históricos, comerciais e de entretenimento como uma percepção diferenciada do seu cotidiano (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 65).

O turismo possui o movimento de estranhamento e deslocamento subjetivos, em tempo e espaço, por parte dos sujeitos que fogem do seu cotidiano em busca do distanciamento do que é cotidiano. Assim, “o estranhamento não tem ligações com a distância percorrida, e sim com a vivência de uma experiência” (LEITE, 2016, p. 103).

Ou seja, não é mais o espaço percorrido ou deslocamento do sujeito e, sim, uma experiência diferenciada que não se configura por simples conceitos reducionistas, guiados pela homogeneidade do fenômeno. São aspectos que focam num turismo, de base social, que faz com que sejam abarcadas e celebradas diversidades culturais, históricas e/ou ambientais, ressaltado por Gastal e Moesch (2007), como um instrumento prático em que se constrói a cidadania e se faz (re)conhecer sua localidade, criando laços afetivos e profundos com o seu território, e, conseqüentemente, evidenciando aquele lugar, que já não mais se configura como um não lugar, pois ali são construídos vínculos que se perpetuam por meio da própria cidade.

O cidadão turista tem a capacidade de escrever e exaltar a história de seu bairro, cidade, distrito, seja o que for. Com o estranhamento, apontado pelas autoras Gastal e Moesch (2007), conhecendo essa história, identificando-se com suas raízes, antepassados, memórias, experiências, o desejo de exercer sua cidadania fica mais latente. Essa fuga do cotidiano é puramente uma necessidade do ser humano, que deve não somente ser ditada pela distância percorrida, e sim pelas vivências, memórias afetivas, ritos, entre outros. Não devemos também deixar que se iguale a um produto sem nenhum vínculo ou afeição, e, por isso a efetivação de políticas públicas conscientes e de participação ativa da sociedade devem ser de grande relevância, tratando desse conceito.

Por esta razão, o turismo se constitui em um fenômeno sociocultural de profundo valor simbólico para sujeitos que o praticam. Simbólico porque as práticas realizadas, os produtos e serviços envolvidos significariam menos pelo seu valor venal ou valor de troca, e mais pelo seu valor de uso e pelo seu valor afetivo. [...]. Por isto, no turismo, fala-se cada vez mais em experienciar, vivenciar e conviver, porque estes são os grandes mobilizadores do estranhamento (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 3-4).

De acordo com as autoras, “a postura cidadã leva os cidadãos a se tornarem protagonistas nos processos de decisão sobre o tipo de turismo e de turistas com os quais estão dispostos a compartilhar seu próprio espaço de vivência” (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 6). Sendo assim, exercer a cidadania traz mais autonomia aos

sujeitos para que possam, dessa maneira, decidir melhor sobre aquele espaço que habita. “As comunidades locais, por sua vez, aprendem a valorizar seus recursos naturais e culturais, desenvolvendo maior sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, elevando seu grau de cidadania (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 6)

Assim, justifica-se a criação de roteiros turísticos sob um novo olhar, que dê ênfase às cidades que tenham a qualidade de vida de seus cidadãos, nos campos ambiental, cultural, educacional e tecnológico, como prioridade. No que já é um chavão, a cidade boa para o turista seria aquela que é boa para seus cidadãos. Cidades assim constituídas também desenvolvem a hospitalidade no receber como uma extensão de seu cotidiano, no qual o encontro é festejado como compartilhamento de ser feliz (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 6).

O Turismo Cidadão se caracteriza por ser uma expressão da cidadania, do ser cidadão, compreender e conhecer a cidade. Antes de tudo, antes de tentar se ter um polo turístico, é preciso colocar em prática as diretrizes do plano diretor, em relação ao planejamento urbano e turístico da cidade; deve-se ater, primeiro, à população que ali reside, depois o turista em si. “Colocar as pessoas que fazem parte dos fluxos da cidade em movimento, deslocando-se da sua rotina, transformando-as em visitantes de sua própria cidade” (LEITE, 2016, p. 104).

Dessa maneira, se faz necessário a efetivação de políticas públicas que deem a garantia de um turismo exercido em prol tanto de seus moradores como de seus visitantes e turistas. “A ação pública em prol da cidadania, e da mesma associada ao turismo, deve ser consolidada nas denominadas políticas públicas, deixando claro aos cidadãos os grandes princípios norteadores e ações decorrentes, para viabilizar este ideário” (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 20).

O conceito de políticas públicas se constrói, historicamente, como o conjunto de ações que objetivem construir o controle social sobre bens, serviços e obras públicas, de modo que estes sejam desfrutados de maneira efetiva por toda a sociedade. Assim, as políticas públicas se caracterizariam pela democratização do usufruto dos bens – democratização do acesso – e pela organização da sociedade para a determinação e distribuição desses bens – democratização da gestão (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 20-21).

Atualmente, as políticas públicas voltadas ao turismo focam num viés mais amplo, sem muita preocupação com as localidades, que sofrem os impactos ocasionados pela forma predatória que é conduzida. Gastal e Moesch (2007) aponta que:

Mais importante, uma política pública deve ter com clareza qual a concepção de turismo que defende, qual a visão de desenvolvimento que busca e quais são os seus compromissos. Deve, ainda, ter como objetivo democratizar o bem público chamado turismo, possibilitando que o lazer e a hospitalidade sejam acessíveis a todos, visitantes e cidadãos, não apenas como uma potencialidade, mas como realidade, e que a sociedade organizada incida nestas definições. Para buscar e consolidar a democratização, as políticas públicas de turismo devem: (a) ter normatizações jurídicas; (b) realizar intervenções diretas na forma de linhas de financiamento, implantação de infraestrutura, gerenciamento de informações, treinamento e qualificação de recursos humanos, sem a lógica da proteção a grupos e comunidades frágeis quer por razões econômicas, quer por razões culturais; (c) consolidar diretrizes políticas que não incentivem apenas o turismo nos seus desdobramentos econômicos, mas também nas suas implicações socioculturais centradas na pessoa, ou seja, no turista (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 22).

As políticas públicas de turismo também vão ser denominadas, como expõem as autoras Gastal e Moesch (2007), por políticas de difusão turística, sendo que essas políticas

[...] sensibilizem comunidades e autoridades locais, de que o turismo não é apenas uma atividade econômica, mas que o ato de o indivíduo se deslocar para fora de suas rotinas espaço-temporais é uma necessidade humana, portanto, um direito, como garantido no artigo 24 da Carta dos Direitos Humanos, do qual o Brasil é signatário (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 2).

## 2.2 MEMÓRIA E IDENTIDADE GLOBALIZAÇÃO (POSITIVA/NEGATIVA) – BATALHA DO RAP (CULTURA HIP-HOP) – EXPRESSÕES CULTURAIS DAS RUAS, QUESTÕES SOCIAIS?

O que é a identidade? Como ela é representada? Tem-se, nos dias atuais, essa extensa discussão de como a questão identitária reflete sobre cada indivíduo e, numa visão macro, o que representa para a sociedade em si. Os processos que moldam a identidade entram no que Hall (2011) conceitua como “crise de identidade”.

A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2011, p. 7)

Ou seja, vivemos processos que nos modificam o tempo todo; sociedades vão mudando, estruturalmente, devido à globalização. “A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente

e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990, p. 43.)

Bauman (2007) traz o que ele chama de globalização negativa, dizendo que essas quebras de paradigmas nem sempre são quebras positivas; essas mudanças devem ser agregadas a práticas que façam a sociedade progredir, uma vez que a livre circulação de informação, capital e mercadoria é muito mais fluída.

Se a ideia de “sociedade aberta” era originalmente compatível com a autodeterminação de uma sociedade livre que cultivava essa abertura, ela agora traz à mente da maioria de nós a experiência aterrorizante de uma população heterônoma, infeliz e vulnerável, confrontada e possivelmente sobrepajada por forças que não controla nem entende totalmente; uma população horrorizada por sua própria vulnerabilidade, obcecada com a firmeza de suas fronteiras e com a segurança dos indivíduos que vivem dentro delas – enquanto é justamente essa firmeza de fronteiras e essa segurança da vida dentro delas que geram o domínio ilusório e parecem ter a tendência de permanecer como ilusões enquanto o planeta for submetido unicamente a globalização negativa (BAUMAN, 2007, p. 13).

Bauman (2007) nos diz sobre a imposição da globalização negativa e o quanto ela é destrutiva em várias questões, sendo uma delas seria o Turismo, em que padrões estão sendo reproduzidos de maneira predatória (guiada e reduzida a visão do capital), sendo as cidades totalmente afetadas por essa má utilização do espaço e pela falta de políticas públicas eficientes, com um abordagem diferente e menos impactante para as localidades.

Stuart Hall (2011) vai questionar o que tão fortemente está deslocando as identidades culturais nacionais no final do século XX, que se prolonga para o século XXI, sendo que no século passado começa a se questionar também as identidades nacionais homogêneas enraizadas, e com fortes sentimentos de nacionalismo.

A resposta desse movimento de mudanças e processos complexos, seria a globalização, a mesma globalização que Bauman (2007) já fala em seus escritos sobre a imposição negativa do fenômeno.

A globalização implica um movimento de distanciamento da ideia sociológica clássica da “sociedade” como um sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço (GIDDENS, 1990 apud HALL, 2011, p. 68).

As características espaço-temporais estão dentre os aspectos mais importantes da globalização (HALL, 2011). Tendências globalizantes estão enraizadas profundamente na modernidade (GIDDENS, 1990 apud HALL, 2011).

Hall (2011) nos fala sobre as consequências dos aspectos da globalização nas identidades culturais, onde examina três possíveis consequências: a primeira é que as identidades nacionais estão se desfazendo diante do contexto da homogeneização cultural e do pós-moderno; a segunda é que as identidades locais estão sendo reforçadas, justamente, pela persistência ao regime vigente de globalização; e, a terceira consequência é que as identidades nacionais entram em decadência dando lugar a novas identidades – híbridas.

Hall (2011) também nos fala que a identidade está intimamente ligada com os processos de representação. Ou seja, nas relações de espaço e tempo, a moldagem e remoldagem causam impactos profundos sobre como as identidades são localizadas e representadas. “Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos” (HALL, 2011, p. 71), ou seja, as identidades possuem sua forma, lugar, suas paisagens, seus momentos.

Giddens (1990 apud HALL, 2011) traz a separação entre o espaço e lugar. O espaço sendo esse delimitado e específico, que molda e forma a sociedade.

Nas sociedades pré-modernas, o espaço e o lugar eram amplamente coincidentes, uma vez que as dimensões espaciais da vida social eram, para a maioria da população, dominadas pela presença” - por uma atividade localizada... A modernidade separa, cada vez mais, o espaço do lugar, ao reforçar relações entre outros que estão “ausentes”, distantes (em termos de local), de qualquer interação face-a-face. Nas condições da modernidade..., os locais são inteiramente penetrados e moldados por influências sociais bastante distante deles. O que estrutura o local não é simplesmente aquilo que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza (GIDDENS, 1990 apud. HALL, 2011, p. 72).

“Os lugares permanecem fixos; é neles que temos raízes. Entretanto, o espaço pode ser ‘cruzado’ num piscar de olhos” (HALL, 2011, p. 72). Hall argumenta que, apesar das identidades nacionais ainda permanecerem fortes, as identidades locais e regionais têm se tornado mais importantes. “Colocadas acima do nível da cultura nacional, as identificações “globais” começam a deslocar e, algumas vezes, a apagar, as identidades nacionais” (HALL, 2011, p. 73).

O que podemos chamar de pós-moderno global, de acordo com Hall (2011), é o colapso de todas as identidades culturais fortemente estabelecidas; “A medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem

enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural” (HALL, 2011, p. 74).

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas - desalojadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades, dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribui para esse efeito de “supermercado cultural”. No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Este fenômeno é conhecido como “homogeneização cultural (HALL, 2011, p. 75).

Nesse sentido, também existem críticas a essa homogeneização cultural, e, hoje, a própria globalização incorpora uma aversão ao global, mercantilizando, assim, o diferente, a alteridade. A fim de adentrar também no local, o impacto global também visa o regional.

Ou seja, os processos de formação identitários, ao mesmo tempo que seguem no caminho do moderno e do impacto global, precisam se reinventar para que não sejam reduzidos e mercantilizados pela globalização.

Este “local” não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização. Entretanto, parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, novas identificações “globais” e novas identificações “locais” (HALL, 2011, p. 77).

Hall (2011) também vai nos dizer que as sociedades da periferia sempre estiveram abertas a influências culturais ocidentais. Porém, esse efeito pluralizador que as periferias têm passado ocorre num ritmo mais desacelerado em relação a grandes centros urbanos. “O fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação, defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas” (HALL, 2011, p. 85).

Como conclusão provisória, parece então que a globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e “fechadas” de uma cultural nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas. Entretanto, seu efeito geral permanece contraditório (HALL, 2011, p. 87).

No que diz respeito às identidades, ainda existe outra possibilidade: a da tradição (HALL, 2011) O conceito refere-se àquelas pessoas que foram debandadas de sua terra natal. Tais pessoas ainda têm um profundo vínculo com sua terra natal, seus símbolos e tradições, porém, não possuem mais a ilusão de uma volta ao passado, “Elas carregam traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas” (HALL, 2011, p. 88).

Essas pessoas têm que aprender, no mínimo, a flutuar por duas identidades, a de origem e a que está sendo criando laços com um não-lugar, a princípio. Pertencentes a uma cultura híbrida, ou seja, uma fusão entre diferentes tradições culturais, constituem um dos novos tipos de identidade da modernidade tardia.

A memória e a identidade possuem uma relação íntima. A Feira Central se consolida, também, como um lugar de memória, de acordo com Pierre Nora (1992), pois é um lugar onde a memória se cristaliza e se refugia.

Da mesma forma que devemos à distância panorâmica o grande plano e ao estranhamento definitivo uma hiperveracidade artificial do passado, a mudança do modo de percepção reconduz obstinadamente o historiador aos objetos tradicionais dos quais ele havia se desviado, os usuais de nossa memória nacional. Vejam-na novamente na soleira da casa natal, a velha morada nua, irreconhecível. Com os mesmos móveis de família, mas sob uma nova luz. Diante da mesma oficina, mas para uma outra obra. Na mesma peça, mas para um outro papel. A historiografia inevitavelmente ingressada em sua era epistemológica, fecha definitivamente a era da identidade, a memória inelutavelmente tragada pela história, não existe mais um homem-memória, em si mesmo, mas um lugar de memória (NORA, 1992, p. 21).

Para Nora (1992):

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1992, p. 12).

Assim, a FCC se caracteriza como um lugar que guarda as memórias de um povo que ali se fixa e incorpora aquele lugar como um guardião das lembranças.

### 3. A FEIRA CENTRAL DA CEILÂNDIA: MEMÓRIA E HISTÓRIA VIVA



Figura 9: Feira Central de Ceilândia  
Fonte: Arquivo pessoal, 2019

A Feira Central (Figura 9) representa a identidade enraizada do ceilandense no centro da Região Administrativa; ela nasce e cresce junto com a Ceilândia, e seus moradores, aqueles a quem foi negado o Planalto Central. Por meio de ressignificações, a feira e as relações ali existentes vão se permeando e se (des)construindo, através de cada memória individual que compõe a memória coletiva do ambiente, o que permite a identificação local junto a um senso de pertencimento.

É bem verdade que em cada consciência individual as imagens e os pensamentos que resultam dos diversos ambientes que atravessamos se sucedem segundo uma ordem nova e que, neste sentido, cada um de nós tem uma história. Nessa feira de estados, embora em separado cada um esteja ligado a um ou a muitos ambientes cujos pontos de encontro de alguma forma eles indicam, sua sucessão em si não é explicada por nenhum desses ambientes. Ela se apresenta para nós como uma série única em seu gênero. Desde então esses estados nos parecem ligados um ao outro em nossa consciência. A partir do momento em que entram nesta sequência interna e nela tomam seu lugar, eles se organizam em um conjunto tão bem ligado que de bom grado imaginamos cada um emanando dos que o precedem e contendo em germe os que o seguem (HALBWACHS, 2006, p. 57).

Este trabalho escolhe como objeto de estudo a Ceilândia a partir do olhar construído por moradores que utilizam a Feira Central como espaço de convivência e de trabalho, no intuito de focar na história que foi se construindo a partir do cotidiano das pessoas.

O Turismo é uma ciência social aplicada com potencial de mudar a realidade de locais que são marginalizados. Com políticas públicas efetivas, políticas essas de cunho social, é possível fazer a diferença. Dessa maneira, se faz necessário a efetivação de políticas públicas que deem a garantia de um turismo exercido em prol tanto de seus moradores como de seus visitantes.

Percebendo o contexto que Ceilândia sofreu – o descaso do estado, fruto de uma exclusão socioespacial –, se mostra interessante trazer um outro olhar, mostrando, a partir da visão dos moradores sobre a cidade e o que a feira representa para eles.

A vida toda fui moradora da Ceilândia e sempre visitei muito a feira com minha avó; comíamos pastel com caldo de cana e ficávamos andando, “batendo perna” como ela dizia, e prestando atenção no que acontecia ali. O carinho pelo espaço faz com que, caso alguma pessoa queira conhecer algo da cidade, a Feira Central da Ceilândia seja um dos primeiros lugares que eu pensaria, por ter uma gama de opções e variedades, como praça de alimentação, utensílios para casa e roupas, e porque o ambiente me é agradável, faz me sentir em casa.

No início da graduação, noções de patrimônio, memória, território e turismo (conceitos que trabalho aqui na pesquisa) surgem para dar sustento aquilo tudo que eu já sentia, mas não fazia parte do cotidiano. Aquela não era a minha rotina; existia uma estranheza, mas ao mesmo tempo existia a intimidade com aquele local, pois aquelas histórias me moldaram e, ainda, me moldam, ao saber o princípio, os relatos, me identificar com o local em que eu vivo. De tal modo, várias pessoas se sentem assim, contempladas e abraçadas por sua cidade, e, por isso, nesta pesquisa, faço entrevistas com alguns dos feirantes mais antigos, que estavam lá desde o princípio e viram a feira se erguer e se fixar no coração da cidade.

Nessa perspectiva, o registro da história oral mostra-se esclarecedora e abrangente, no sentido de poder passar aquele conhecimento, que muitas vezes são subjugados, para a comunidade; são os conhecimentos empíricos que nutrem a memória coletiva e, conseqüentemente, criando laços mais profundos e fortes com o local: conhecer e compreender intimamente seu território.

Segundo Halbwachs (2006) é habitual se pensar que toda a memória esteja atrelada aos nossos próprios pensamentos, reflexões, sentimentos. Como se fossem em apenas nós que surgissem esses momentos que são inspirados pelos grupos. “Estamos em tal harmonia com os que nos circundam, que vibramos em uníssono e já não sabemos onde está o ponto de partida das vibrações, se em nós ou nos outros” (HALBWACHS, 2006, p. 64).

Quantas vezes expressamos com uma convicção que parece muito pessoal, reflexões tiradas de um jornal, de um livro ou de uma conversa! Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver, que nos surpreenderíamos ao descobrir quem é seu autor e constatar que não são nossas. “Já havíamos pensado nisso” - não percebemos que somos apenas um eco (HALBWACHS, 2006, p. 64).

Ou seja, segundo Halbwachs, as histórias individuais compõem e evocam as memórias coletivas, o contexto se forma em conjunto, em comunidades. A história da Feira Central ou Permanente se faz e se sustenta naqueles que ali vivem, perpetuando-se nas gerações que vem, englobando um espaço, expandindo por meio de raízes para todos que vivem na cidade, exaltando, desta maneira, esses moradores e essa cidade. O turismo cidadão se alia a essa perspectiva no sentido de o indivíduo exercer a sua cidadania ativamente, conhecendo seu território, participando efetivamente de reuniões públicas que acontecem na cidade além de trocas vivenciais, que podem e devem ser passadas para frente.

(...) mesmo assim, muitas vezes a dosagem de nossas opiniões, a complexidade dos nossos sentimentos e gostos é apenas a expressão dos acasos que nos puseram em contato com grupos diversos ou opostos, e nossa parte em cada modo de ver é determinada pela intensidade desigual das influências que eles exerceram em separado sobre nós. De qualquer maneira, à medida que cedemos sem resistência a uma sugestão externa, acreditamos pensar e sentir livremente. É assim que em geral a maioria das influências sociais a que obedecemos permanece despercebida por nós (HALBWACHS, 2006, p. 65)

Halbwachs (2006) ainda nos diz que os nossos avós deixaram também sua marca, assim como nossos pais. Antigamente era mais difícil perceber essa relação, até porque não nos atentávamos a linha tênue que dividia as gerações.

Nossos pais caminhavam à nossa frente e nos guiavam para o futuro. Chega um momento em que eles se detêm e nós passamos a frente. Agora temos de nos voltar para eles e nos parece que no presente foram tomados pelo passado e se confundem agora entre as sombras de antigamente (HALBWACHS, 2006, p. 89).

Um dos objetivos da história é fazer uma ponte entre passado e presente. As histórias vão se perpetuando e sendo contadas por aqueles que guardam a memória, normalmente os mais anciãos. “Para que a memória dos outros venha assim a reforçar e completar a nossa, como dizíamos, é preciso que as lembranças desses grupos não deixem de ter alguma relação com os acontecimentos que constituem o meu passado” (HALBWACHS, 2006, p. 98).

Ou seja, para os moradores da Ceilândia, essa relação é intrínseca, pois também se constitui de uma memória territorial além da coletiva.

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, o próprio evento que nele esteve envolvido ou que dele teve consequências, que a ele assistiu ou dele recebeu uma descrição ao vivo de atores e espectadores de primeira mão - quando ela se dispersa por alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades que não se interessam mais por esses fatos que lhe são decididamente exteriores, então o único meio de preservar essas lembranças é fixá-los por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e pensamentos morrem (HALBWACHS, 2006, p. 101).

Halbwachs (2006) também nos alerta da diferença entre história e memória coletiva.

A memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, não ultrapassa os limites desse grupo. Quando um período deixa de interessar o período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: na realidade, há dois grupos que se sucedem. A história divide a sequência dos séculos em períodos, como distribuimos a matéria de uma tragédia em muitos atos. Mas, ao passo que em uma peça, de um ato a outro, acontece a mesma ação e com os mesmos personagens, que permanecem até o desenlace segundo suas individualidades, cujos sentimentos e paixões progridem num movimento ininterrupto, na história se tem a impressão de que tudo se renova de um período a outro - interesses em jogo, direção dos espíritos, modos de apreciação dos homens e dos acontecimentos, as tradições também, as perspectivas do futuro - e que se os mesmos grupos reaparecem, é porque subsistem as divisões exteriores, que resultam dos lugares. Mas os conjuntos de homens que constituem um mesmo grupo em dois períodos sucessivos são como duas toras em contato por suas extremidades opostas, que não se juntam de outra forma, e realmente não formam um mesmo corpo (HALBWACHS, 2006, p. 102).

A memória de uma sociedade está em constante transformação, e o próprio grupo em si, a Ceilândia, seu povo, está em constante mudança. Eterna construção e desconstrução. Caminhos e descaminhos da identidade, que se consolida e se transforma.

### 3.1 O DISTRITO FEDERAL E AS FEIRAS

Leite (2016), em sua pesquisa, nos dá uma breve contextualização de como as feiras se fixam no Distrito Federal, falando de alguns espaços, como, por exemplo, da Feira do Guará, a dos Goianos e a do SIA. Em seu trabalho, escolhe a Feira da Ceilândia, por toda a sua história e seu contexto de exclusão planejada do Estado, e, também, pela cidade ter sua cultura pulsando através de espaços coletivos, intervenções artísticas e eventos em geral, o amor da população pelo seu território e por ser a Região Administrativa com maior densidade populacional do Distrito Federal (GDF, 2018).

A nova capital se instala no coração do Brasil Central com o intuito da integração nacional e pelo desenvolvimento de sua sociedade. Localizada em um ponto estratégico, geograficamente falando, para se estabelecer no centro do país, ao mesmo tempo se vinculando ao resto das regiões brasileiras, mas adquirindo funções basicamente administrativas federais, e se desvinculando de demandas municipais ou estaduais (LEITE, 2016).

Tudo em Brasília era novo, assim, poderia ser único, uma vez que as crianças vivenciavam a construção comunitária, em que cada um era originário de um local do país. O preconceito com o diferente deixou de existir por existir a necessidade uns dos outros a fim de fundar um espaço de convivência (LEITE, 2016, p. 46).

Desde os primórdios da construção da nova capital já existia a ânsia de partilhar, da convivência. Falando de Brasília, a W3 Sul é um exemplo disso. A W3 foi constituída, antigamente, por movimentos de resistência pois a cidade pulsava ali, era um ponto de encontro de todos os moradores, na época, das cidades satélites. De acordo com relatos do documentário W3 SUL: Memória coletiva, de 2005, “a W3 Sul era um shopping enorme, com muitas pessoas que passavam por lá o tempo todo”.

Lá pelos anos 70, a avenida W3 Sul viveu seu auge, fervor que durou alguns anos, contudo, logo chegou sua decaída, sendo cada vez mais destruída e com os índices de violência aumentando, a W3 passa a ser considerada perigosa. Atualmente, existem grupos com a intenção de revitalizar e resgatar as memórias do local que mostram como as relações sociais acontecem e se tornam história em

locais específicos da cidade. A cidade é o palco das interações, memórias e tradições.

O turismo deve estar de acordo com as necessidades locais de preservação de heranças identitárias. Lógico que o capitalismo permeia em todo o processo, pois estamos inseridos nesse contexto, porém, nós, guardiões da memória, a sociedade civil em si, com políticas públicas efetivas e inclusivas devemos atentar a essa redução de sistemas complexos que o capitalismo transforma em um mero produto com fins lucrativos. Devemos alinhar e perceber opções que exaltem e não aniquilem a memória e identidade de uma comunidade.

A lei 235-92 publicado da DODF de 17/01/1992 que regulamenta as feiras livres e permanentes no DF considera que feira livres permanente comercializa produtos hortifrutigranjeiros, cereais, produtos de artesanato, pescados, aves, flores, plantas, doces, laticínios, carne de sol, lanches e confecções (LEITE, 2016, p. 55).

Vasconcelos (1988) fala da presença das feiras nas cidades satélites desde seu nascimento, criando organicamente os locais de comercialização e sociabilização da parte comercial, destaca-se, produtos alimentícios.

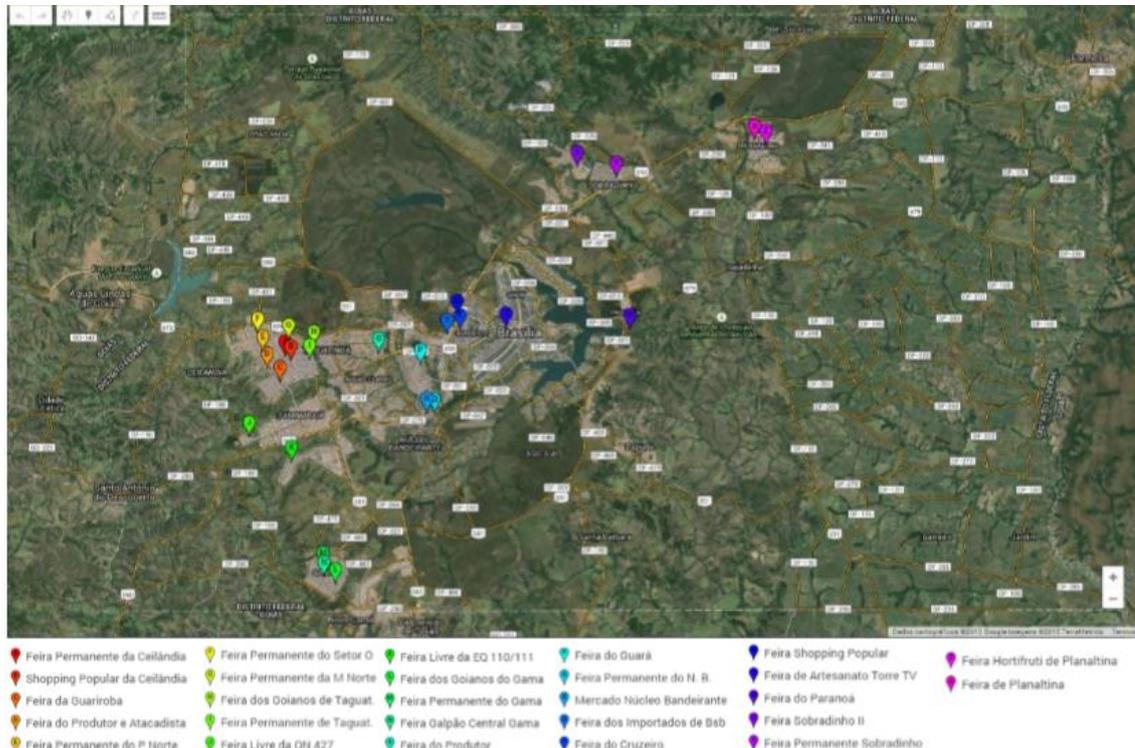


Figura 10: As principais Feiras do DF  
Fonte: Daniela Leite (2015).

A Lei n.º 4.748 de 02 de fevereiro de 2012 dispõe sobre a regularização, a organização e o funcionamento das feiras livres e permanentes no Distrito Federal.

Art. 2º Considera-se feira livre a atividade mercantil de caráter cíclico, realizada em via, logradouro público ou pavilhão previamente autorizado para esse fim, com instalações individuais, provisórias e removíveis.

§ 1º A feira livre destina-se à venda, exclusivamente a varejo, de produtos hortifrutigranjeiros, cereais, doces, laticínios, pescados, flores, plantas ornamentais, produtos de artesanato, lanches, caldo de cana, temperos, raízes, carnes e aves abatidas, resfriadas ou congeladas, confecções, tecidos, armarinhos, calçados e bolsas, bijuterias, artigos religiosos, ferramentas e utensílios domésticos, produtos da lavoura e indústria rural, e outros que possam vir a ser aprovados pelo órgão competente.

Art. 3º Considera-se feira permanente a atividade mercantil de caráter constante realizada em logradouro público destinado para esse fim, com instalações comerciais fixas e edificadas para comercialização dos produtos referidos no art. 2º,

§ 1º, e de produtos de bazar e agropecuários, refeições típicas regionais, jornais, revistas, além de prestação de pequenos serviços, na forma do regulamento. [...] Art. 6º Para os efeitos desta Lei, considera-se feira de abastecimento e de produtores rurais o local destinado à atividade mercantil de caráter constante, exercida em área previamente designada pelo órgão competente do Poder Executivo para a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros. § 1º Nas feiras de abastecimento e de produtores rurais, devem ser destinados espaços para implantação de balanças para pesagem de veículo com carga. § 2º Para efeitos desta Lei, o shopping popular e a feira de abastecimento e de produtores rurais equiparam-se a feira permanente (DISTRITO FEDERAL, 2012).

Com a presente lei, se regulariza as Feiras Livres do Distrito Federal, regularizando também a Feira Permanente de Ceilândia.

### 3.2 A FEIRA PERMANENTE DA CEILÂNDIA

Ceilândia está a 26km do Plano Piloto, sendo considerada uma cidade eclética, multicultural e pulsante. Com uma característica bem peculiar de ser bairrista, sendo esse bairrismo o que faz a cidade se impor e tirar todos os estereótipos que recaem (ainda) sobre ela.

A Feira Permanente tornou-se referência gastronômica, ponto de encontro, lazer e palco de diversas intervenções culturais que representam seus moradores e cidade. Além de empregar mais de 700 pessoas, direta e indiretamente, a feira não se limita mais a um simples espaço de comércio, e, agora, está incorporada ao patrimônio cultural da Ceilândia, e a partir disso que a cidade mostra sua grandeza e ecleticidade.

A Feira Central possui quatrocentos e sessenta boxes dos mais diversos segmentos, como vestuário, calçados, utilidades para o lar, doces, queijos, ervas, temperos, tabaco, peixes, carnes, frutas, verduras e restaurantes com: baião de dois, mocotó, buchada, galinha caipira. Recebe cerca de dez

mil visitantes por semana com funcionamento de quarta-feira ao domingo (LEITE, 2016, p. 59).

Ressalta-se, ainda, que as convivências e as práticas sociais que as Feiras do Distrito Federal proporcionaram aos que ali passam boa parte de seu dia “recuperaram a horizontalidade do tecido social rompido pela lógica de segregação urbana construída ao longo da história da capital (LEITE, 2016, p. 61).



Figura 11: Feira Permanente da Ceilândia  
Fonte: Daniela Leite / Croqui elaborado pela autora

A Feira Permanente da Ceilândia nasceu, em 1971, informalmente, como aglomeração de barracas, a partir da iniciativa de moradores da cidade recém-criada, e, em 1972, foi legalizada (LEITE, 2016). “Em 1984 foi inaugurada oficialmente a

primeira estrutura na avenida Hélio Prates que liga Taguatinga e Ceilândia” (LEITE, 2016, p. 75)

No início não havia comércio em Ceilândia, os produtos eram comprados no caminhão da Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL. Frutas e verduras eram buscados na xepa da CEASA. Produtos de uma política discriminatória de gerenciamento urbano Ceilândia nascia, na prática, como depositária de uma parcela da população que não era bem-vinda no plano piloto (LEITE, 2016, p. 68).

A feira da Ceilândia (LEITE, 2016) está localizada em Ceilândia Centro, ao lado da Caixa D'água, erguida em 1973 no local onde foi fixada a pedra fundamental de Ceilândia, que é também monumento histórico da cidade e símbolo representativo da Ceilândia.

Ainda, segundo Leite (2016), a Feira Permanente possui uma associação, a Associação dos Feirantes da Feira Central de Ceilândia (ASFEC), presidida, antes, por Francisco das Chagas, que ocupou o cargo por 17 anos. Já o novo presidente, chamado Jonathan Araújo, busca por novos ares e uma dinâmica mais bem estruturada e fluída para a feira, aberto a novas ideias e práticas. Hoje, os feirantes ainda estão bem divididos; os mais anciãos são relutantes com Jonathan, contudo, a maioria dos feirantes gosta da nova gestão e agradece as melhoras que a feira teve após a entrada do novo presidente:

Quem trabalha na feira tem muita história para contar e está ligado com a própria história de Ceilândia. Essa já é a segunda geração da feira. Muitos dos que possuem box aqui hoje são filhos de pessoas que já trabalhavam no local. A nossa ideia é transformar a Feira de Ceilândia em um ponto de referência para todo o DF. Quando eu cheguei, não tinha nem piso. Teremos que trabalhar para que mais melhorias sejam realizadas. Hoje, a feira é símbolo de Ceilândia. Todos se encontram aqui, seja para almoçar ou seja para conversar (Entrevista cedida ao Correio Braziliense, 27 de março de 2017).

Com reformas nos banheiros, infraestrutura geral, estacionamentos recapeados, a nova gestão só mostra que quer o melhor para a feira e seus feirantes, prezando pela boa estrutura. Ainda há muito a se fazer, mas os feirantes têm boas perspectivas aos anos que se seguem.

A Feira pode ser observada de forma diferenciada: um olhar de fora, e outro olhar por dentro. Revela a existência não apenas da história de uma comunidade, mas a trama histórica de parcela da humanidade em um microcosmo, pois ali se expressam micropoderes, a política local, as formas de sobrevivência construídas na possibilidade histórica e as relações socioculturais de um lugar de hibridização. Revela a existência dos conflitos

do mundo contemporâneo. Longe de ser um ponto fixo no mapa repleto de histórias individuais, a Feira Permanente da Ceilândia possui histórias que se interligam para se constituir como um espaço de compartilhamento de vidas (LEITE, 2016, p. 77).

Frequentando à feira desde criança, aquele local é muito familiar. Com o passar dos anos é claro que as idas à feira com minha vó diminuíram, mas sempre lembro com muito carinho. Quando retornei para fazer as entrevistas para a presente pesquisa me senti em casa. A concepção do que a Feira Central representa para os ceilandenses é muito latente; ali nos sentimos representados por toda luta, pelas pessoas, pelas histórias, pela cultura. Ali rege a identidade da Ceilândia, quando entramos no espaço vemos pessoas como nós, pessoas que moram na nossa rua, moram na quadra ao lado e que trabalham lá.

Conversei com pelo menos dos três feirantes mais antigos da feira, os guardiões da memória, aqueles que estavam lá desde o princípio, viram a feira se erguer, conseguiram tudo pela feira, nas palavras deles. A vida se fez ali, naquele local, no coração da cidade, a partir das tramas cotidianas que se enraizaram tanto no local como nas pessoas.

Em conversa com seu João, o primeiro entrevistado, pergunto como é o sentimento dele em relação à feira e como ele fala da Ceilândia para as pessoas. Ele me diz:

Eu falo bem, na verdade quando eu vim para a Ceilândia eu vim para começar a vida aqui. Quase tudo que eu tenho foi por conta da Feira, foi pelo meu trabalho aqui na feira. Eu tenho uma casa para morar. Consegui preparar meus filhos, um tem faculdade completa e o outro está terminando. (ENTREVISTADO 1)

Seu João chegou à feira em 1983, e diz que ama seu trabalho. Viu a feira passar por muitas mudanças e disse, ainda, que o que mais eles precisam hoje é de clientes, pois eles precisam competir com outros comércios estabelecidos, como shoppings e lojas no centro da cidade.

Maria do Socorro Pires é uma das mulheres/feirantes que conversei e que me concedeu um tempo dela para me contar sua história e sua relação com a feira e a Ceilândia. Aos 89 anos de idade, Maria do Socorro ainda trabalha todos os dias na feira, de quarta a domingo; que as bancas precisam dela porque se não as coisas não se desenvolvem. Moradora da Ceilândia há mais de 40 anos, chegou no dia 15 de dezembro de 1971, quando ainda nem havia uma estrutura consolidada da feira.

Falo para a Dona Socorro um pouco da minha história e da trajetória da minha família quando se fixou na Ceilândia, que no início foi muito difícil, pois meu avô, quando veio, ficou na antiga Vila IAPI e depois foi removido para a Ceilândia, onde só se via a areia vermelha e o cerrado.

Pergunto como foram os primórdios da Feira e Maria me responde:

A feira tem uns 36 anos, feita por Maria de Lourdes Abadia, administradora da Ceilândia na época, ela e o José da Mata. Sempre ela vinha na Feira, nós íamos lá também, tudo que se fazia era na administração. Eu sei que quando nós chegamos aqui em Brasília, eu fui morar no Bandeirante, morei 14 anos lá, então era muito bom naquela época, corria dinheiro tinha muito funcionário, e hoje que nós estamos sofrendo aqui (ENTREVISTADA 2).

Dona Maria fala também que não estava mais gostando do Núcleo Bandeirante, vendeu seu comércio, foi para a invasão da Vila Tenório, para depois vir para a CEI. Diz que é dali que ela gosta. “Não tinha casa, não tinha nada”. Ela e sua família construíram um barraco improvisado de lona até construírem uma casa de alvenaria. Foi com muita luta que Dona Maria conquistou tudo que tem hoje através da RA IX, por meio da Feira Permanente da Ceilândia.

Pergunto se o espaço na feira é alugado ou se é próprio ela me responde:

Aqui é meu mesmo, essa daqui tirei a minha e comprei essa do lado, 209 e 210, são as minhas. Aqui na Feira é muito bom, as pessoas vivem disso aqui, muitas pessoas ‘enricaram’ aqui (ENTREVISTADA 2).

No decorrer da conversa ela me diz que as vendas estão muito paradas e que agora está ruim, mas que gosta do mesmo jeito. A feirante faz questão, apesar de não estar satisfeita com a situação atual (vendas baixas), de falar que gosta muito de onde mora e que não sairia de lá por nada.

Eu gosto daqui, muito bom, minha filha veio falar um dia de vender essa casa e comprar em Taguatinga quero nem em sonho, gosto é daqui. Eu trabalho aqui, o que vou fazer em Taguatinga? Coisa de gente besta (ENTREVISTADA 2).

Comentando das outras conversas que tive com os outros feirantes, falo para a Dona Maria que seu Genésio disse que “Ceilândia é uma mãe”, ela concorda e começa a falar:

Aqui é muito bom, agora estamos sofrendo um pouco por que o pessoal leva o dinheiro embora, o pessoal mais desempregado. Eu estou torcendo que com esse ‘cara’ melhore (Jonathan), mas por enquanto está parado. Desde o início estou aqui dentro, eu vi tudo (ENTREVISTADA 2).

Comento também de uma possível imagem negativa que a Ceilândia pode ter e assim como os outros entrevistados eles me respondem que não veem mais assim, mas Dona Maria me diz que os problemas são as drogas. Só que isso não existe dentro da Feira e nas palavras dela “Se entrar, morre.”.



Figura 12: A pesquisadora e Maria do Socorro  
Fonte: Arquivo pessoal, 2019

No final da conversa, Socorro me diz que mora na quadra 3 da Ceilândia Sul, e me convida para ir em sua casa, marcamos esse encontro e sigo para minha casa.

Em um outro dia de visita à feira, conversei com seu Genésio, um dos feirantes que está também desde o princípio da construção, falo primeiramente da imagem da Ceilândia ele me responde:

Mas hoje Ceilândia está num lugar, assim, muito importante. Tem muitas pessoas de bem, muitas pessoas que vieram, entendeu, melhores do que eu. Então, Ceilândia, aquela mancha ruim que tinha... acabou. Tem gente que às vezes mora, em algum lugar, no Plano, no Bandeirante e que às vezes apedreja a Ceilândia, mas isso é besteira. Eu moro aqui a quantos anos. Moro aqui tem 35 anos, no mesmo lugar, nunca mudei. Quando eu vim trabalhar na feira, eram umas barraquinhas lá nas Casas Bahia. Depois da vinda da Maria de Lourdes, ela fez isso aqui, aí nos colocou aqui. Era administradora da Ceilândia. Isso tem muitos anos, e nós estamos aqui até

hoje, daqui que nós vivemos, tiramos o pão, daqui eu criei minha família. Eu não tenho nada para reclamar da Ceilândia. Ceilândia é muito da boa. Tinha pessoa que moravam no bandeirante, de aluguel. Quando a gente falava para eles vamos pra Ceilândia que lá o aluguel é baratinho, eles pulavam lá longe, Ceilândia?!! (ENTREVISTADO 3).

Ele comentou que, a mesma situação que aconteceu com a Ceilândia, aconteceu com Águas Lindas de Goiás, entorno do Distrito Federal. Muitas pessoas que falaram que nunca morariam lá se viram obrigadas a migrar, pelas condições financeiras. “Tudo aquilo que nós falamos, nós pagamos depois. A nossa língua é o nosso castigo. Tudo aquilo que você fala, você paga. Por isso temos que prestar muita atenção para não falar besteira, sabe”.

Seu Genésio tem 84 anos é feirante há 34. Morava em Anápolis, antes dos anos 60, e veio para Brasília para ajudar a construir a cidade. Em 1973, retornou e está até hoje na Ceilândia. Antes, trabalhava de aluguel na feira, porém, com muito esforço, conseguiu comprar sua banca.



Figura 13: A pesquisadora e Seu Genésio  
Fonte: Arquivo pessoal, 2019

A feira, além de abrigar todas essas memórias e histórias no seu espaço interno, utiliza agora do seu espaço externo para disseminar cultura, lazer e convivências. O artista visual Gu Da Cei criou o Coletivo Aberto Cei, que consiste, basicamente, em interações dos próprios moradores da cidade, são conversas abertas e intervenções artísticas sobre o lugar da arte e cultura de Ceilândia. O ponto de encontro escolhido foi no coração da cidade, na Feira Central.

Existem diversos outros grupos que trabalham no intuito de exaltar a localidade e promover benfeitorias para todos. Entre eles estão o “Vem pra Cei”, que já mapeou mais de 50 pontos turísticos na Ceilândia. O Jovem de Expressão, que por meio de oficinas e workshops disponibilizam conteúdo a adolescentes e os profissionalizam para o mercado de trabalho. O Menino de Ceilândia atua com a formação e qualificação da cultura popular focado na dança e música no frevo, oferece curso de corte, costura e serigrafia, produz, para venda no varejo e atacado, confecção de camisetas. As imagens que se seguem foram fotos tiradas pelo artista visual Gu Da Cei em uma das rodas abertas de conversa que ocorrem na parte externa da Feira Central de Ceilândia.



Figura 14: Feira Central de Ceilândia  
Fonte: Gu Da Cei (2018)



Figura 15: Feira Central de Ceilândia  
Fonte: Gu Da Cei (2018).



Figura 16: Feira Central de Ceilândia  
Fonte: Gu Da Cei (2018)



Figura 17: Feira Central de Ceilândia  
Fonte: Gu Da Ceí, 2018

Nesse sentido, fica claro que as memórias individuais do mesmo conjunto ao qual pertencem essas pessoas formam a memória coletiva social deste grupo. As pessoas que vivem no mesmo território, nas mesmas situações, narram os cotidianos e vivências, com fatos históricos, momentos marcantes, datas. As memórias vão sempre estar sendo referenciadas pelo grupo social dos quais os indivíduos pertencem.

Assim, também o turismo cidadão se alia em prol da comunidade, no exercício da cidadania, do conhecer e compreender profundamente sua localidade a partir desses relatos e a memória coletiva social, construída em conjunto e passada de geração em geração. Com o intuito de estar indo contra a hegemonia da identidade e sua simples mercantilização, a exaltação da Feira Central da Ceilândia, como símbolo territorial, assim como da cidade aliada ao turismo, mostra-se capaz de se perpetuar raízes e histórias que sim devem ser levadas em consideração, diante de todo o contexto apresentado.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de exaltar a Região Administrativa de Ceilândia, por meio de um dos pontos mais simbólicos da cidade, a Feira Central, esta pesquisa consistiu em recuperar a história narrada sobre o surgimento da RA IX em paralelo com a construção da nova capital, explicitando o contexto e a exclusão socioespacial que fora sofrida para a consolidação, não somente da Ceilândia, mas de diversas cidades que não se fixaram no centro.

No contexto de marginalização das cidades que ficaram distantes do Plano Piloto, esses moradores enfrentaram um novo desafio: o da criação de laços com um lugar desconhecido. Perante as adversidades, se mostraram resilientes e construíram uma cidade nova.

Espaços de convivência foram organicamente se estabelecendo na nova cidade. A Feira Central se destacou como um dos pontos mais simbólicos da região. Dessa forma, investigar a Feira Central de Ceilândia como um lugar de memória mostra-se de extrema importância, pois corrobora para o processo de identificação com a localidade. Além de se manterem vivas as memórias e sua história, conhecer e compreender profundamente sua localidade, criam-se laços sociais com o território e, também, com o seu grupo social.

O espaço da Feira Central é mais que um simples espaço utilizado pelas lógicas homogeneizadoras do capitalismo, que reduzem o local a cifras. Ali, residem vidas, histórias, vivências, cultura, lazer, hospitalidade. O sentimento de pertencimento dos moradores dessa região influencia, pela própria fala deles, diretamente em como eles se veem no território, moldando sua visão do mundo. Nesse caso específico da Ceilândia e da sua Feira Central, perpassando conhecimentos locais para os globais, o turismo cidadão se alia a esse sentimento e na mesma finalidade de ser primeiro bom para o local e depois para o global.

Com isso, ir à feira, conversar com os guardiões da memória, comer no Rei do Mocotó, participar das intervenções culturais que ocorrem no espaço externo da feira atesta a interpretação dos relatos e da história para o processo da construção de uma identidade eclética, pulsante, fluída e ceilandense na Feira Central da Ceilândia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Lara Moreira. **A construção de Brasília**: contradições entre utopia e realidade. In: V Seminário de Pesquisa da FAV, 2004, Goiânia. *Cultura Visual: exercícios do olhar*, 2004. p. 9-76.

Arquivo público do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.arpdf.df.gov.br/revista-brasilia/>> Acesso em: 03 maio 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**/Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BRAGA, A.C. e FALCÃO, F.A.R. **Guia de urbanismo, arquitetura e arte de Brasília**. Fundação Athos Bulcão, 1997.

CATALDO, Beth; RAMOS, Graça [Org.]. **Brasília aos 50 anos**: que cidade é essa? Brasília: Tema Editora, 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Os (des)caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n.42, p. 07-21, 2000.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**: Ceilândia – PDAD 2018. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Ceil%C3%A2ndia.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

COLETIVO ABERTO CEI. Disponível em: <[instagram.com/coletivoabertocei](https://www.instagram.com/coletivoabertocei)> Acesso em: 15 nov. 2019.

COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto**. Brasília: GDF, 1991

CRULS, Luiz. **Relatório da comissão exploradora do Planalto Central do Brasil**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1995

DISTRITO FEDERAL. **Lei n.º 4.748**, de 2 de fevereiro de 2012.

FIGUEIREDO, A. **Artes plásticas no Centro-Oeste**. Cuiabá, Edições UFMT/MACP, 1979.

G1 DF. **Pôr do Sol/Sol Nascente se torna a 32ª região administrativa do DF**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/08/14/por-do-solsol-nascente-se-torna-a-32a-regiao-administrativa-do-df.ghtml>> Acesso em :09 out. de 2019.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação a pesquisa científica**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

HALBWACHS, Maurice. A memória Individual e a Memória Coletiva. In: **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOLSTON, James. **Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

JÚNIOR, Reinaldo de Lima Reis. **Cidade, Trabalho e Memória: os trabalhadores da construção de Brasília (1956-1960)**. 2008. Disponível em: <[http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais\\_ReisRL\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_ReisRL_1.pdf)>. Acesso em: jun. de 2019.

LEITE, Daniela Carvalho Bezerra. **Feiras como espaços de hospitalidade e identidade coletiva: Feira permanente da Ceilândia/DF**. 2015. 165 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) — Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **(Re) introduzindo história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MESQUITA, Évellin Lima. **Ceilândia: “patrimônio-territorial” e turismo**. 2016. 101f. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo. Brasília, 2016.

MOESCH, M. M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo: **PUC**, n.10, 1993.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes de. **A erradicação da Vila IAPI: marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília**. 2007. 136 f.: il. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007

SEVERO, Denise de Sousa. **Planejamento urbano no Distrito Federal: o caso de Ceilândia**. Monografia – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia. 2014

SILVA, Ernesto. **História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade**. 2. ed. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1985.

TAVARES, Breitner. Mercados informais e sociabilidades urbanas na periferia de Brasília: o caso de Ceilândia - DF. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 1, p. 23-32, 2009.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VASCONCELOS, Adirson. **As cidades satélites de Brasília**. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

VASCONCELOS, Adirson. **Brasília: o homem e a cidade**. Brasília: Editora União, 1960.